
 Nós e Eduardo Lourenço

Não vamos fazer a apologia do mito com direito de cidade na filosofia desde Platão. De resto, a sua perenidade consiste no facto de ser o segredo do homem. Existência que foge de si própria, o homem separa do seu estar fluído, um pensamento que melhor o revela, dá-lhe a forma de imagem que é o dado da exterioridade original e compõe o mito para que viva por ele.

[Eduardo Lourenço, in: *Heterodoxia I*, pp. 39-40]

É talvez um lugar comum assinalar-se a circularidade do discurso de Eduardo Lourenço, discurso todo ele construído sob(re) o fascínio da vasta galeria de mitos que tem povoado ao longo da história o nosso imaginário de portugueses. Tal facto confere à sua obra uma dimensão recorrential e repetitiva quase até à obsessão, que dá lugar, por vezes, a uma sensação de «dejá vu», face aos seus escritos mais recentes. Ora, tal só em parte é verdade, pois que, ao analisar a estrutura, a gênese e o desenvolvimento da mitologia portuguesa ao longo dos tempos, é da própria realidade portuguesa que ele fala, ao tentar captar o seu pulsar nas suas múltiplas e complexas manifestações. Ou seja, parece óbvio que, para o autor, o mito, longe de ser um obstáculo à apreensão da realidade histórico-social, é antes a forma mais autêntica, porque mais profunda, de captação dessa mesma realidade. Embora seja difícil distinguir claras influências (pelo menos confessadas) na sua reflexão, pensamos que o conceito de mito com que E. L. opera, se aproxima do que nos é apresentado por Huizinga, ao considerar a elaboração mítica como uma transformação do existente em imagens, ou mesmo do que é traduzido no seguinte passo de G. Durand: «A investigação dos mitos como presença semântica e da presença (mesmo

manifestamente estruturada) como mito, assenta no princípio de que não se pode separar uma qualquer forma de actividade humana das suas estruturas intencionais profundas (Durand, 1969: 431). Assim sendo, ao tratar dos mitos que a sociedade portuguesa produziu e produz, é dessa mesma realidade social que se trata, na forma como é vista e vivida pelos seus elementos, ou seja da variedade de imagens que os sujeitos constroem e de que se servem para apreender, viver e transformar essa mesma realidade. Fácil se torna, pois, concluir que o mito tem aqui uma carga positiva e dinâmica, pois é algo que, traduzindo a cada momento o existente por imagens, evolui e muda com essa mesma realidade.

Mas, obviamente, realidade não é sinónimo de racionalidade (que nos perdõe Hegel) e essa realidade mítica que no fundo constitui o nível fundador do social, é precisamente aquilo que, em terminologia «jungiana» *aggiornata*, se designa por «isso psicoide». E é aí, exactamente nesse nível fundador, que têm origem os mitos, motores de toda a dinâmica social. Se seguirmos muito esquematicamente a tópica proposta por G. Durand, na sua obra *Mito e Sociedade* (1983), veremos que toda a dinâmica social é traduzida por um movimento de racionalização, culminando no super-ego, que é o máximo de racionalidade, e por um outro de sinal contrário, ou sentido inverso. Assim, da mesma forma que o primeiro movimento corresponde a uma racionalização progressiva do mito, o segundo, inversamente, corresponde a uma desqualificação progressiva da conceptualização ou racionalidade. Como os dois movimentos coexistem, uma dada sociedade é sempre atravessada, em qualquer momento da sua história, por esses dois movimentos de sinal contrário que, por sua vez, se desdobram numa multiplicidade de outros movimentos e assim sucessivamente. Ou seja, a tópica atrás referida apenas pode funcionar como imagem muito simplificadora da realidade, uma vez que o inconsciente social é

difuso, assumindo-se como «uma carcassa mítica global e no interior uma multiplicidade de movimentos, de remoinhos» (G. Durand, 1983: 12). Mesmo assim, e ainda simplificando, é possível identificar e caracterizar épocas e momentos históricos, a partir da predominância de um ou vários desses movimentos sobre o(s) outro(s).

318

A sociedade é, pois, vista em termos de movimentos (circularidade com efeitos de *feedback*) e não em termos de estrutura formada por níveis ou instâncias. E aqui surge necessariamente o conceito de dialéctica. Não cabe aqui uma análise exaustiva desse conceito-chave da reflexão filosófica moderna, e sobretudo das profundas reservas que nomeadamente a dialéctica hegeliana e marxista merecem ao autor, desde os anos longínquos de *Heterodoxia I*, onde lhe dedica expressamente o estudo intitulado «O Segredo de Hegel ou o Equívoco da Dialéctica». Segundo E. L.: «Todo o esforço da dialéctica residirá na tentativa de unir o que parece não poder unir-se, de conciliar o inconciliável, demonstrando através do seu movimento que as contradições do real são vencidas pelo próprio movimento que as põe a descoberto» (*Heterodoxia*: 36). Nessa tentativa frustrada parece residir, pois, o enorme equívoco da dialéctica e, simultaneamente, o seu inegável fascínio sobre o espírito humano, o fascínio do absoluto, pois que na sua opinião, «a sua lei interna não é como poderá parecer à primeira vista, que tudo se contradiz, mas que nada se contradiz» (p. 78). E. L. não aceitou nunca uma tal noção de dialéctica, superadora e anuladora de contradições, embora a noção de luta (não já só de classes, mas antes de funções no interior de uma sociedade determinada) continue a ser um conceito eficazmente operativo, em toda a sua obra. De resto, expressões profusamente usadas nos seus escritos (*labirinto*, *paradoxo*, *contradição*, *esquizofrenia*, *autismo*, *trauma*, *ressentimento*), aí estão a atestar-nos que a linearidade racional de um movimento no sentido de um ponto definido (o fim da história) está ausente do seu método. Subjacente a este, parece estar, antes, a convicção de que a sociedade assenta nessa mesma tensão dialéctica, que a constitui e faz avançar. E, por outro lado, que a contradição e a complexidade que a atravessam constantemente não se podem anular por qualquer aparelho conceptual, sob pena de «deixar entrar pela janela aquilo que fizemos sair pela porta».

Dai que o método seja tão difícil de definir e simultaneamente tão variado, como a própria realidade que pretende traduzir. A questão do método é, aliás, uma das mais difíceis, no conjunto da obra de E. L., sobretudo pela ausência clara de um esquema rigoroso de análise, e pela consequente adopção de um vasto conjunto de conceitos captados em diferentes áreas do saber, aparente e habitualmente separadas: «Da economia, macro e microscópica, da sociologia, da etnografia, da psicologia social, da antropologia, da psicanálise histórico-social, não como campos de estaque e esterilizando saber, mas como elementos de um *puzzle* adequado ao nosso mistério próprio, se pode e deve esperar a renovada imagem capaz de substituir a polarização esquizofrénica da nossa cultura em torno de ópticas globais, decerto elas mesmas justificáveis, mas em excesso simplista, autista, sem referência interior vivida e séria àquilo que negam e que, ao fim e a cabo, as faz viver...» (*Labirinto...*, p. 75). Esse parece ser, pois, o único meio possível de captar com alguma profundidade os fenómenos da cultura em geral, subtraindo-os às visões redutoras que os agrupam, classificam e dividem, provocando a esquizofrenia e as manifestações autistas. Não podemos, no entanto, afirmar com rigor que o método, ou ausência de método do autor, se reduz a um sincretismo vulgar, que dificilmente ultrapasse a visão empírica e superficial dos fenómenos: «Esta perspectiva não é só uma mera formulação ou apelo a uma metodologia sincretista, informe e sem princípios, apta a oferecer da nossa existência de portugueses uma espécie de nevoeiro divino, onde as tensões, os conflitos, quando não o horror ou a mediocridade de um viver comum, se dissolveriam magicamente.» (*Ibidem*)

Pensamos, antes, que na busca de uma coerência significativa profunda para o nosso viver colectivo, o esquema de análise que melhor serve as suas pretensões e para cujo exercício parece particularmente, quase apaixonadamente atraído, é o esquema psicanalítico: «O que é necessário é uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global, um exame que nos devolva ao nosso ser profundo, ou para ele nos encaminhe, ao arrancá-nos as máscaras que confundimos com o rosto verdadeiro.» (*Idem*: 51). São efectivamente inúmeras as figuras de comportamento (colectivo e não individual) que E. L. encontra na nossa sociedade passada e presente e que ele classifica, recorrendo

justamente à terminologia psicanalítica (freudiana e jungiana), procurando realizar o seu programa de «psicanálise histórico-social».

Não cabendo neste momento a análise exaustiva de todas essas figuras, não podemos deixar de apontar aquela que acaba por funcionar como *leitmotiv* de toda a nossa existência como povo, e na qual se inscrevem tantos outros aspectos, afinal tributários dessa natureza original, ou seja dessa «peculiar maneira de ser portugueses». Trata-se, afinal, daquilo que acima é designado como «confusão das máscaras com o rosto verdadeiro», ou do «irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si próprios» (*Idem*: 20-51) ou ainda, da velha questão da nossa identidade, falta de identidade ou mesmo hiperidentidade. Se as designações mudam com as obras, a problemática a que se referem é exactamente a mesma, que perpassa com preocupante insistência, ao longo de toda a sua obra, dando-lhe, apesar da aparente dispersão, uma coerência invulgar. Na verdade, desde *Heterodoxia*, passando pelo *Labirinto* até *Nós e a Europa*, do que se trata fundamentalmente é da imagem que os portugueses foram construindo de si próprios, ou melhor, de uma imagologia, tomada como «discurso crítico sobre imagens que de nós mesmos temos forjado». Para traçar o perfil dessa auto-imagem, tão importante será a relação que mantemos connosco próprios, no espelho do nosso amor próprio, como a relação que a cada momento fomos ou não capazes de manter com os outros (de além ou aquém Pirinéus). E nesse aspecto, o percurso faz-se de um diálogo inexistente com os outros (*Heterodoxia I — Europa ou o diálogo que nos falta*) à tentativa de instauração desse diálogo com a Europa (*Nós e a Europa*), passando necessariamente por um longo, ora desencantado ora exaltante, diálogo (e não monólogo) connosco próprios (*Labirinto da Saudade*).

Mas se algo está a mudar nessa imagem que de nós vamos dando ao mundo, muito parece permanecer ainda. E convém, antes de mais, salientar que essa investigação sobre o fenómeno da nossa superidentidade não é isento de contradições e paradoxos. Portugal parece ser, aliás, no pensamento do autor, o país dos paradoxos, das contradições, enfim da coexistência natural dos contrários, sob formas e graus insuspeitados nos restantes países. A nossa identidade, tão intensamente vivida, aparece, no entanto, muitas vezes

ao longo da história sob máscaras ou disfarces tão variados, que chega até a confundir-se com o seu contrário (fenómeno da denegação e da sublimação).

«Deve ser muito difícil encontrar um país tão centrado, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal» (*Nós e a Europa*, p. 10). Mas como conciliar tal afirmação com aquilo que no *Labirinto da Saudade* é classificado como «descentragem permanente dos portugueses» (p. 77)? Parece aqui jogar-se precisamente com o par de opostos centralização/descentragem que, no fundo, acaba por se referir ao fenómeno mais vasto e profundo, que é o fenómeno da nossa superidentidade, «da quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza, ou nós imaginamos tal, no contexto dos outros povos, nações e culturas». (*Nós e a Europa*, p. 10). Tudo se passa, afinal, como se a centralização excessiva, tal como E. L. a descreve, como atitude de obsessiva fixação, acabasse por operar efeitos contrários, ou seja, efeitos de descentragem, um pouco como quando fixamos continuamente a nossa própria imagem no espelho, e ao fim de algum tempo a vemos multiplicar-se por muitas outras, a ponto de não saber mais qual a verdadeira, e quais as falsas. Ora é exactamente esse fenómeno de descentragem, o responsável pelo aparecimento de uma galeria de auto-imagens, de profundo irrealismo, que de nós fomos forjando, e que no seu conjunto acabam por ilustrar a oscilação quase pendular entre imagem positiva/imagem negativa. «Imagens positivas abundam, até com extremos de exaltação; imagens negativas, também não faltam, sobretudo a partir da crise nacional do séc. XIX, e da descolagem fulgurante da Europa da revolução industrial» (*Labirinto*, p. 77). Mas, como se disse, tais distorsões resultam de um mau enquadramento na nossa própria realidade, de um muito difícil convívio connosco próprios. Em todas estas imagens, porém, «é menos o presente concreto que é objecto de referências que um passado ou futuro mistificado, para justificar a esperança desmedida, ou a descrença brutal nos destinos da pátria» (*Ibidem*). Concluimos então, que a nossa relação com o presente, como real vivido aqui e agora, é sempre mediada pela relação privilegiada que mantemos com o nosso passado, (a nossa memória) é tão forte que anula o presente, e consequentemente projecta o passado no futuro, a ponto de podermos dizer que o futuro é o

passado: «o que nós somos por ter sido, não nos parece poder ser dissolvido ou realmente ameaçado por perigo algum, vindo do exterior, improvável federação hispânica ou provável na futura confederação europeia...» (*Nós e a Europa*, p. 11). Mas aqui surge o paradoxo primeiro, o que nos faz efectivamente *ser e não ser... sendo...* e que reside na coexistência em nós de um elevado grau de «segurança ontológica» (subjectiva), a par de uma profunda consciência da nossa «fragilidade objectiva, se nos pensamos em termos de pura força económica, política, técnica ou científica» (*Nós e a Europa*, p. 12). É óbvio que sentimento tão contraditório é responsável, a nível da existência real, por sérias e profundas ambiguidades: «Por um lado, subtrai os portugueses à consciência deprimida que teriam sem esse passado; por outro impede-os de investir na sua vida real, no seu presente, uma energia e uma ambição que sempre parecerão mediocres comparadas com as do século de esplendor.» (*Nós e a Europa*, p. 12). Não possuímos, portanto, o espírito dinâmico e empreendedor dos povos que se pensam em termos de futuro, mas antes a passividade típica de quem vive exclusivamente voltado para o passado.

Esta constante interrogação e interpretação do destino de Portugal e dos portugueses traz consigo a marca indelével de uma dimensão ética profunda (sobretudo visível na sua reflexão política), ou seja, a exigência de que esse auto-conhecimento (auto-análise) só faz sentido, se de algum modo contribuir para uma mudança, uma alteração naquilo que de negativo possa existir nos traços mais salientes do nosso temperamento colectivo, e consequentemente na nossa acção. Subjacente a uma reflexão que parece marcada pelo pessimismo, penso poder encontrar na obra de E. L. marcas claras de um «optimismo trágico», a que não é alheio de forma alguma o ideal de esquerda de que sempre se reclamou, e que o faz acreditar nas capacidades de uma renovação da nossa mitologia clássica: «Nada é mais necessário do que rever, renovar, suspeitar sem tréguas as imagens e os mitos que nelas se incarnam inseparáveis da nossa relação com a pátria que fomos, somos, seremos, e de que essas imagens e mitos são a metalinguagem onde todos os nossos discursos se inscrevem» (*Labirinto*, p. 75-76). Nesse esforço E. L. é conduzido à análise de figuras paradigmáticas da consciência nacional, como Camões, Fer-

nando Pessoa, Miguel Torga, Fernando Namora, Eça de Queirós, ou seja, «todos aqueles que por natureza são vocacionados para a auto-gnose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas)» (*Labirinto*, p. 14).

A imagem literária surge, assim, ao autor, como instrumento privilegiado na transmissão e interpretação desse capital simbólico que constitui a nossa cultura. Não será certamente necessário referir, a propósito, que o discurso literário está efectivamente muito mais próximo do mito, do que qualquer outra forma de expressão do imaginário, como por exemplo, a música ou a pintura, como afirmam antropólogos como Mircea Eliade, ou Claude Lévi-Strauss, que dele fizeram meio privilegiado para o estudo das sociedades e seus mitos estruturantes. Também E. L. tenta por esse meio satisfazer a sua irresistível vontade de re-descoberta dessa tão complexa e labirintica realidade que é a portuguesa: «Por gosto, por vocação, mas também por decisão intelectual fundamentada, este nosso esboço de imagologia portuguesa é quase exclusivamente centrado sobre imagens de origem literária e em particular para a época moderna, naquelas que por uma razão ou outra alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram ou continuam a ter» (*Labirinto*, p. 14).

Daí que surja a tentação de classificar E. L. prioritariamente como crítico literário, classificação que só será incorrecta, na medida em que possa traduzir um empobrecimento de toda uma reflexão que se quer aberta a todo o fenómeno cultural, mas que deixará de o ser, se se der à literatura o significado que o próprio autor lhe confere: «expressão real de toda a cultura superior» (*Heterodoxia*, p. 13). Mas não é pacificamente que E. L. aceita ou assume a designação de crítico literário. Os numerosos estudos que tem dedicado justamente ao problema da crítica literária, aconselham-nos um extremo cuidado na escolha das expressões e uma prévia clarificação de conceitos. Teremos, pois, que recorrer a textos como *Crítica literária e metodologia* (1966) ou *Tempo e Poesia* (1983), entre muitos outros em que o autor reivindica para a crítica «o estatuto de uma função poética» (*Tempo e Poesia*, p. 26). É esta posição que o faz atravessar incólume o fogo cruzado das escolas: (presencismo, neo-realismo, impressionismo, positivismo crítico, simbolismo, racionalismo), para se colocar na posição

in(cómoda) de simples «aprendiz de poetas» como se afirma: «Decidi, por conseguinte, que os poetas seriam os meus guias, e não os críticos» (*Tempo e Poesia*, p. 23). Tal postura não é, porém, isenta de perigo e ambiguidade. Se, por um lado, parece ditada por um acto de humildade e impotência face à obra literária, cujo carácter enigmático a torna sempre inacessível e irreduzível (mesmo aos críticos), por outro, paradoxalmente, corre o risco de ser considerada manifestação de *hybris*, enquanto, desprezando a postura crítica (e seus inúteis instrumentos de análise), se apresenta como única alternativa: «A obsessão de julgar a obra, antepôs-se-me a urgência de uma espécie de osmose com ela» (*Tempo e Poesia*, p. 22). Ou seja: em vez de uma qualquer metodologia com que parece fazer-se toda a crítica literária, o autor opta pela «experiência vivida da leitura criadora da obra» (*Tempo e Poesia*, p. 23). Mas tal leitura criadora sempre ficará marcada pelo *pathos* da falta, pela sensação de que «há a perda de um objecto desde sempre perdido, e por isso é sobre este horizonte de perdição irredimível que o crítico deverá conduzir a sua fala exilada» (Coelho, 1984: 59).

É possível que Eduardo Prado Coelho tenha razão. É possível até que outros críticos mais severos que o acusam de um discurso narcísico, onde o texto criticado é muitas vezes substituído pelo texto crítico, dando origem a visões pessoalíssimas dos nossos autores mais representativos, tenham também razão...

Não cabe aqui o debate exaustivo de um dos aspectos mais relevantes da produção ensaística do autor. Esta breve digressão pelo campo da crítica literária, apenas teve como intenção assinalar a importância decisiva que para a **imagologia** que E. L. quer construir apresentam as figuras literárias (especialmente os poetas...). Eles são, pois, os protagonistas principais (às vezes, é certo, os únicos) da cena nacional, onde momentos da maior elevação e arrebatamento trágicos alternam constantemente com esse outro sentimento, não menos matizado de trágico, mas diluído na irreverência cômica, que é o picaro. Estes habitam toda a sua obra e, nomeadamente, a mais recente não é excepção. E assim, sem metodologia rigorosa, quer na análise literária, quer noutros campos da cultura em geral, por onde a sua inquietação e talento se espraiam, E. L. é, sem dúvida, autor de alguns dos textos mais belos, sugestivos e apaixonantes da nossa literatura contemporânea, os quais

se, obviamente contribuem para a sua autognose pessoal (de E. L.) contribuirão também para a autognose individual (de cada um de nós) e para a nossa autognose colectiva. Com efeito, os seus textos, nos múltiplos fios labirínticos que os tecem (ou entretecem), nas constantes metáforas e imagens que os velam, mas também na profundidade das verdades (que não *verdade*) que desvelam, remetem para níveis intertextuais, dando plena razão a quem classifica o seu trabalho como uma «análise de imagens e mitologias que guarda contudo um alto grau de relacionamento com o concreto existencial (grupal, individual e epocal)» (Barreto, 1984: 71).

O segredo do êxito das obras deste autor parece-me muito mais fácil de entender, do que o discurso de alguns críticos pode fazer supor. Na verdade, na sua origem talvez esteja, sobretudo, a atitude de verdadeira paixão pelo imaginário escrito de um povo («como sinalização mais adequada aceito o de *literato* se isso significa amor ou paixão pelo imaginário escrito» (Lourenço, 1984: 11); o acto de entrega e quase devoção do «místico sem fé», como E.L. se autodesigna, e que o faz afirmar frequentemente que a nossa relação com os textos é muito mais uma escolha de *nós pelo texto* do que uma escolha do *texto por nós*. ■

Referências Bibliográficas

- Barreto, Luís Filipe (1984), «Em torno de 'O Labirinto da Saudade'». *Prelo*. IN/CM. Maio.
- Coelho, Eduardo Prado (1984), «Fragmentos de um diálogo sobre crítica». *Prelo*. IN/CM. Maio.
- Durand, Gilbert (1969), *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*. Paris: Bordsas.
- Durand, Gilbert (1983), *Mito e Sociedade. A Mitânálise e a Sociologia das Profundezas*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Lourenço, Eduardo (1982), *Heterodoxia*. Lisboa: Assirio & Alvim.
- Lourenço, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: D. Quixote.
- Lourenço, Eduardo (1988), *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: IN/CM.
- Lourenço, Eduardo (1983), *Tempo e Poesia*. Porto: Inova.

Lourenço, Eduardo (1966), In: *O Tempo e o Modo*, 34-39.

Lourenço, Eduardo (1984), «Entrevista». *Prelo*. IN/CM.

Maria Manuela Rocha Cruzeiro

Perfazer o tempo: a propósito de *O tempo das mulheres*, de Isabel Allegro de Magalhães

322

*Time is male
and in his cups drinks to the fair*

[Adrienne Rich,
Snapshots of a Daughter-in-Law]

O tempo das mulheres foi a tese de doutoramento em Estudos Portugueses que Isabel Allegro apresentou à Universidade da Califórnia-Santa Bárbara em 1985, no termo de um período de cinco anos como leitora do ICALP nos Estados Unidos. Mais tarde apreciada para equivalência, e muito justamente aprovada, por um júri de especialistas proposto pela Universidade Nova de Lisboa, onde a candidata tinha entretanto passado a exercer funções docentes, a dissertação viria depois a ser publicada em Lisboa pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (*O tempo das mulheres: A dimensão temporal na escrita feminina contemporânea* [1987]). E em boa hora. *O tempo das mulheres* é um importante estudo da ficção portuguesa escrita por mulheres nos últimos trinta anos aproximadamente. *A sibila* de Agustina Bessa Luís (1954) e *Lúcialima* de Maria Velho da Costa (1983) marcam o início e o termo cronológicos do seu campo de investigação empírica. Outras obras e outras autoras consideradas no *corpus* do trabalho são ainda Bessa Luís (*Fanny Owen* [1979]), Velho da Costa (*Maina Mendes* [1969]), Olga Gonçalves (*A Floresta em Bremerhaven* [1975] e *Este verão o emigrante lá-bas* [1978]), Teolinda Gersão (*O silêncio* [1981] e *Paisagem com mulher e mar ao fundo* [1982]) e, finalmente, Lídia Jorge (*O dia dos prodígios* [1980]).

O trabalho, de organização muito clara e excelente apresentação, estrutura-se em três grandes capítulos, muito logicamente subdivididos em diversos núcleos teóricos ou temáticos, e rematados por uma sínté-

tica conclusão, aliás, cautelosamente intitulada «Conclusões», cujas palavras de abertura encerram o tom de modesta prudência científica dominante em todo o trabalho: «No termo destas páginas parece possível fixar alguns dos resultados...» (p. 495). O primeiro capítulo, por sua vez, consta de uma primeira parte concebida como uma reflexão preliminar sobre o tempo, de um ponto de vista filosófico, e de uma segunda parte que considera o tempo enquanto categoria estético-literária. Para além de revelarem a vasta erudição académica e a sólida formação filosófico-humanística da autora, que se move com invulgar à-vontade (e invejável domínio de várias línguas) por entre os mais relevantes pensadores da problemática do tempo na tradição ocidental — de Platão a Aristóteles e Santo Agostinho, de Kant a Heidegger e Sartre —, ambas as partes deste primeiro capítulo têm a sua pertinência teórico-metodológica na concepção e elaboração de um trabalho universitário desta natureza. A segunda parte, sobretudo, intitulada «Tempo e ficção», a cujos pressupostos teóricos preside prioritariamente o clássico *Time in Literature*, de Hans Meyerhoff (1955), é em si uma boa síntese de teoria literária sobre o problema da relação entre a experiência do tempo e a criação poética.

Não creio, no entanto, que resulte plenamente conseguida a articulação entre a especulação teórica nesta segunda secção do primeiro capítulo e a análise dos romances no corpo principal do trabalho. Dir-se-ia, com efeito, que as leituras rigorosas e perspicazes que nos oferecem dos romances tratados as diversas secções do longo terceiro capítulo facilmente dispensariam, na sua consistência, o fundamento teórico desenvolvido nesta segunda parte do primeiro capítulo. Ao estudar *A sibila*, por exemplo, a autora socorre-se a dado passo de uma citação de Meyerhoff (p. 216); mas é evidente nessa página que, para o saber que a autora se propõe construir sobre a escrita das mulheres portuguesas de que se ocupa, bem mais importante é a reflexão da própria Agustina sobre o «tempo ético», aliás também aí mesmo utilizada pela autora; e talvez mais importante ainda seria, a meu ver, a ponderação intertextual do tema no tecido mais amplo das outras obras de Agustina, enquanto escritora de um certo *tempo português*. Mas isso seria talvez tema para outro estudo diferente deste, como o que a autora anuncia no final do seu livro, um estudo «relevante em ordem a um enten-

dimento das relações mulher-literatura, sociedade-literatura ao longo destas décadas em Portugal» (p. 496).

A verdade, porém, é que o enquadramento teórico deste trabalho suscita perguntas que não são respondidas, ou sequer claramente formuladas. Por exemplo, o tempo de *Maina Mendes*. Será esse tempo épico, lírico, histórico? Perdido, recuperado, à *rebours*? Inventado, onírico, real, supra-real? Será ele o tempo «feminino» metafórico ou o tempo «masculino» metonímico? Por outro lado, também não pode dizer-se que o estudo de Isabel Allegro cumpra, na sua parte principal, a promessa esboçada na introdução teórica: «Vamos ver como a ficção feminina portuguesa de agora sabe utilizar esse extraordinário recurso de distanciação...» (p. 82). Tratava-se aqui do «estranhamento» brechtiano, um tema que não volta a ser invocado no livro, a não ser na referência àquilo a que eu chamaria a *máxima consciência crítica possível* da especialista de literatura, que sabe não saber «quanto 'brechtianamente' fora do palco da história» lhe é possível colocar-se (p. 495); nem há jamais a preocupação de esclarecer se é por ser «feminina» que «a ficção feminina portuguesa de agora» tão bem se socorre daquele recurso estético. Finalmente, relendo as argutas, elegantes páginas que Isabel Allegro escreveu sobre o tempo de *O dia dos prodígios* (o tempo «mágico» da cobra, o tempo «real» da revolução, e o tempo antes e o tempo depois desses tempos), interrogo-me, uma vez mais, sobre a complexa relação entre a teoria, a crítica textual e o próprio texto poético — para concluir, decididamente, que a teoria, é a teoria literária por maioria de razões, é necessariamente *póster*a. Ou seja, os dois capítulos introdutórios deste livro, que dão a chamada consistência teórica ao trabalho enquanto tese universitária, muito teriam lucrado se tivessem sido capazes de *antecipar* (à maneira de Lídia Jorge, descrita por Isabel Allegro [p. 488]) os magníficos estudos que se lhes vão seguir.

O reparo terá talvez até mais pertinência em relação à primeira secção, que tem, de resto, o lúcido mérito de se assumir como mero «tecido cerzido de múltiplos fragmentos de noções e visões do mundo» (p. 65). Com efeito, nessa parte demasiado se deixa transparecer uma preocupação excessiva de acumular reflexões filosóficas consideradas essenciais para o tratamento do tema em causa, mas que não chegam afinal a tocar a questão fulcral do

«tempo das mulheres». Só no final dessa secção o problema se põe, e apenas como mera hipótese questionante: «Perante a variedade de reflexões e de concepções sobre o tempo em tantas culturas, por tantos pensadores, ao longo da História... [O] grupo específico que as mulheres constituem poderá eventualmente ser um dos grupos sociais contemporâneos à luz de cuja experiência as diversas concepções do tempo poderão ser iluminadas com tonalidades próprias e portadoras de novidade [?]... *Quid est ergo tempus?* Em que consiste a temporalidade vivida pelas mulheres?» (p. 65).

Até este momento, porém, não houvera qualquer consideração (porque os filósofos consultados também as não incluem) sobre a historicidade das concepções do tempo, para além de referências pontuais às contingências geográficas do «Ocidente» e do «Oriente», ou sócio-antropológicas do «primitivo» ou do «científico». Por outro lado, a autora decidiu evidentemente não incluir entre as suas preocupações teóricas o problema da diferença sexual, de tão ricas tradições recentes nos Estados Unidos (cfr., e.g., os centros de *Women's Studies* e de *Gender Studies*). Será isso porque, «dentro do grande conjunto das letras portuguesas actuais, as escritoras não se [consideram] como autoras sexualmente marcadas?» (p. 497). Mas não, mesmo? Por que razão, nesse caso, se interroga Maria Velho da Costa, ao escrever para fotografias de mulheres de Eduardo Gageiro, «Que outro tempo pode ser este senão o das mulheres?» (Velho da Costa 1982). E, de qualquer modo, não deveria a questão ser teoricamente posta, tratando-se de um tema desta natureza? Ou poderá a opção de Isabel Allegro ser valorizada na perspectiva da prudência metodológica, ou melhor, anti-metodológica (cujo patrono explicito [p. 11] é o Feyerabend de *Against Method*, publicado pela primeira vez em 1975)? Seja como for, é difícil deixar de observar como toda a discussão sobre o (tempo) feminino e o masculino ao longo do segundo capítulo («O tempo das mulheres portuguesas: antecedentes»), aliás interessantíssimo enquanto viagem hermenêutica pelo imaginário literário português, da Idade Média às Vanguardas e ao Neo-realismo, carece — previsivelmente, diria eu — do rigor da definição e da discriminação exactas: afinal, o que se entende por «feminino» e por «masculino»? Será, no fim de contas, que só há um «tempo das mulheres», no sen-

tido preciso utilizado pela autora no corpo do seu trabalho, que é de resto claramente o desenvolvimento da ideia nuclear e original da sua dissertação? Ou seja, haverá em Isabel Allegro de Magalhães outro «tempo das mulheres» que a mera «representação do tempo nas mulheres-personagens dos romances seleccionados das autoras que [escolheu]»? (p. 200).

Não me parece. À agostiniana pergunta que, na página 65, Isabel Allegro nos convida a adaptar ao tempo específico das mulheres (*quid est ergo tempus?*), teríamos necessariamente de acrescentar, com o santo das *Confissões: si nemo ex me quaerat, scio; si quaerenti explicare velim, nescio* (Agostinho 1962:298). É, aliás, interessante observar como esta estudiosa — uma mulher que deliberadamente isolou, para tema de um trabalho científico, um problema, por definição *universal*, circunscrito apenas à experiência e à arte de cinco pessoas do sexo feminino — é interessante observar, dizia eu, como esta especialista escreve por vezes como se a diferença sexual fosse pormenor irrelevante na literatura e na ciência, ou como se, de facto, não houvesse mulheres: «Falar da convenção diegética é também nunca esquecer o tempo do leitor. O tempo material que o leitor dedica a decifrar os signos que outro homem estendeu no tempo sobre uma página de livro» (p. 93).

Mas se o «tempo das mulheres» nesta obra de Isabel Allegro não pode ser senão uma *construção* sua, na análise competente e persuasiva que nos oferece da representação da experiência feminina nos romances escolhidos (e escolhidos, obviamente, por terem sido escritos por mulheres), o que inegavelmente existe neste sugestivo estudo é o entendimento desse tempo das mulheres como a expressão de um desejo ou esperança de felicidade e realização plena (ou «redonda», como tantos homens-pensadores, Goethe e Jaspers, entre outros, lhe ensinam a dizer [p. 412]); uma *perfeição* que se não projecta propriamente na figuração da postura imóvel da esfera estática, mas na dinâmica circularidade do gesto doméstico de uma constante criação centripeta. E aqui teremos de considerar também a própria visão idealista e utópica da autora, que, ao tempo centrífugo de linearidade dispersiva e, em última análise, ininteligível, dissipadora e destrutiva, que entende ser o tempo dos homens, contrapõe o tempo centripeto de circular completude, o tempo, enfim, da esférica acumulação, o tempo da compreensão e felicidade possíveis. Este

último é, em seu entender, o tempo da vivência feminina, mas é um tempo, afinal, que terá porventura problemáticas afinidades com o esférico «tempo imaginário» de alguns físicos teóricos dos nossos dias, maioritariamente do sexo masculino, como Stephen W. Hawking (1988), em demanda de uma sempre esquiva «teoria total» (*TOE*, ou seja, em inglês, a *theory of everything*).

Que esse tempo das mulheres e a sua representação estética sejam compreendidos — neste trabalho de tão ricas leituras da ficção portuguesa contemporânea — a partir da reflexão de filósofos ou da imaginação de poetas (na sua esmagadora maioria, do sexo masculino), que postulam, eles também, a possibilidade da plenitude que supostamente escapa ao tempo dito dos homens — muito nos ensina da inteligência e generosidade intelectual da autora, bem como das virtualidades hermenêuticas da sua confessada recusa do método: «The only principle that does not inhibit progress is: *anything goes*» (Feyerabend 1978:23). É que *O tempo das mulheres* não é uma mera obra «da especialidade» ou «de consulta»; é antes um livro que, tal como os romances que estuda, vale bem a pena ler, pelo que nos obriga a pensar — a nós todos, homens e mulheres — sobre o sentido do nosso *estar-aí* enquanto ainda e sempre também o nosso *por-vir*. Só a imaginação humana compete a demanda da felicidade — o tempo *perfeito* dos poetas. E não é verdade que os poetas frequentemente nos obrigam a transcender categorias definidoras — nos obrigam, por exemplo, a repensar o mito do andrógino?

Dizia o poeta visionário inglês, William Blake, que todos os males da cultura ocidental dominante derivam da dicotomia platónico-cristã, que rigorosamente separou o corpo da alma (cf., e.g., *The Marriage of Heaven and Hell* [Blake 1968:33]). Uma das conclusões da pesquisa de Isabel Allegro de Magalhães parece ser, muito blakianamente, a confirmação celebratória daquele comentário derogatório de Baudelaire sobre a feminina incapacidade de distinguir, na sua vivência, o corpo da alma (cf. *Journaux intimes* L: «La femme ne sait pas séparer l'âme du corps. Elle est simpliste, comme les animaux» [Baudelaire 1954:1221]). Essa suposta incapacidade da mulher pode, com efeito, ser entendida antes como uma faculdade — a faculdade, que todos deveriam procurar aprender, de integrar, numa síntese criadora, o *corpo de estar* e a *alma de ser*.

Quem sabe, aliás, se o comentário de Baudelaire não deixará transparecer o seu quê de invejoso ressentimento. Ou simples ignorância: *o-não-saber-estar-no-corpo* do homem-poeta, que ignora também ele poder ser o andrógino imaginado por Pessoa anos mais tarde. De facto, na sua visão de um «imperialismo de poetas», de que, a meu ver, a *Mensagem* é a epopeia moderna, Fernando Pessoa falava de um «[i]mperialismo andrógino», que reunisse «todas as subtilezas do domínio feminino» e «todas as forças e estruturas do domínio masculino» (Pessoa 1978:226). Perigosos sonhos modernistas de transcendência, dir-se-á, na repressão, afinal falocrática, do saudável direito à diferença humana. Sem dúvida. Mas um sonho só se *corrige* com outro sonho. Por isso, em lugar da representação do tempo talvez perfeito do Eliot de «Burnt Norton», com que Isabel Allegro encerra o seu trabalho («Time present and time past/Are both perhaps present in time future./And time future contained in time past» [Eliot 1962:117]), gostava eu de ver citado o tempo decididamente *im-perfeito* de Penélope, re-imaginado por Stevens (em «The World as Meditation») como o tempo de inventar o próprio Ulisses (Stevens 1968:520):

Is it Ulysses that approaches from the
The interminable adventurer? [east,
.....
A form of fire approaches the cretonnes
[of Penelope
.....
But was it Ulysses? Or was it only the
[warmth of the sun
On her pillow? The thought kept beating
[in her like her heart.
The two kept beating together. It was
[only day.
It was Ulysses and it was not.

E assim se fecharia, como que em forma de esfera a imitar a perfeição, e a *perfar-se*, este *Tempo das mulheres*, que Isabel Allegro escolheu abrir justamente com um tema intitulado «Penélope ou o tempo circular e cíclico» (p. 19). ■

Referências Bibliográficas

Agostinho, Santo (1962), *Les Confessions. Oeuvres*. Bibliothèque Augustinienne, Desclée de Brouwer, vol. 14.

Baudelaire, Charles (1954), *Oeuvres Complètes*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade.

Blake, William (1968), *The Poetry and Prose*, Garden City, N.Y., Doubleday & Company, Inc.

Costa, Maria Velho da (1977)[1969], *Maina Mendes*, Lisboa, Moraes.

Costa, Maria Velho da (1982), «Mulheres (claro-escuro)», *Jornal de Letras*, n.º 22, 22 Dez.-4 Jan.

Costa, Maria Velho da (1983), *Lúcialima*, Lisboa, O Jornal.

Eliot, T. S. (1962), *The Complete Poems and Plays*, New York, Harcourt, Brace & World, Inc.

Feyerhabend, Paul (1978), *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge*, London, Verso.

Gersão, Teolinda (1981), *O silêncio*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Gersão, Teolinda (1982), *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, Lisboa, O Jornal.

Gonçalves, Olga (1980)[1975], *A floresta em Bremerhaven*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Gonçalves, Olga (1978), *Este verão o emigrante lâ-bas*, Lisboa, Moraes.

Hawking, Stephen W. (1988), *A Brief History of Time: from the Big Bang to Black Holes*, New York, Bantam.

Jorge, Lídia (1980), *O dia dos prodígios*, Lisboa, Publicações Europa-América.

Luís, Agustina Bessa (1954), *A sibila*, Lisboa, Guimarães Editores.

Luís, Agustina Bessa (1979), *Fanny Owen*, Lisboa, Guimarães Editores.

Meyerhoff, Hans (1955), *Time in Literature*, Berkeley, L. A., University of California Press.

Pessoa, Fernando (1978), *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*, Lisboa, Ática.

Stevens, Wallace (1968), *The Collected Poems*, New York, Alfred A. Knopf.

A crítica da «Mesmidade Fatal»: *L(USA)lândia, A Décima Ilha*, de Onésimo Teotónio Almeida, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, Direcção de Serviços de Emigração, 1987.

326

Esquecida quase sempre, recordada quase nunca, e raramente para além dos lugares comuns que se cruzam entre o desprezo mal disfarçado e o paternalismo retardatário, esta realidade que é a emigração portuguesa continua a ser um fenómeno demasiado perturbador, que — porque para lá empurrado — nos passa à margem, a nós, portugueses que ficámos. Trata-se de uma situação tanto mais paradoxal, quanto maior for a nossa experiência de que «ser português deve ser um tanto ou quanto optar entre emigrar ou ter amigos emigrados» (191). Não sendo a única, será, sem dúvida, uma das definições mais legítimas dessa nossa Portugalidade, de que ultimamente tanto se tem falado, e que Onésimo Teotónio Almeida tão clara e argumentadamente apresenta no seu livro *L(USA)LÂNDIA, A DÉCIMA ILHA*.

Entender e definir a Portugalidade terá que passar obrigatoriamente pelo entendimento e definição da experiência emigrante portuguesa, e é por esse motivo que entendo este livro como um livro sobre Portugal, um Portugal que aqui é *L(USA)lândia*: «essa espécie de país especial formado pelas comunidades portuguesas na América, que não são nem bem Portugal nem bem América, mas uma mistura de duas culturas.» (243)

Olhando para a história da nossa diáspora, creio que não nos restará outra alternativa que não seja a de concordar que é esse «nem bem (...), nem bem (...), mas uma mistura de (tantas!) culturas» que nos constrói a identidade.

E é uma faceta dessa heterogeneidade, que é a nossa identidade, que este livro nos apresenta: uma obra importante, que é, a um tempo, um documento e um estudo crítico, parte do processo dinâmico que constitui a cultura portuguesa. A sua maior qualidade e originalidade reside, quanto a mim, numa característica que denominaria por «uma voz de dentro», uma voz que, embora distanciada e crítica, se encontra inserida na própria dinâmica

de que fala. Ele próprio emigrante, professor de Cultura Portuguesa numa universidade americana, o autor define os «pensantes» (um termo que prefere a «intelectuais») de raízes emigrantes como «um grupo razoável de gente que vive no seu tempo e sabe onde está (...)». E acrescenta: «Claro que quando digo «sabe onde está», falo em termos muito limitados e não em termos de história e universo, que isso aí é outra questão.» (248). Sabendo estar na *L(USA)lândia*, é imersa nessa realidade que esta voz nos surge, uma voz que recusa a passividade e que pretende ser actuante na conjuntura que a circunda.

Encontramos, assim, neste volume — e tal como o próprio Onésimo T. Almeida o apresenta na sua «Nota Explicativa — quase a pedir desculpa» — «uma selecção de pequenos artigos publicados em jornais e revistas entre 1975 e 1985 e que têm como tema as comunidades portuguesas da América — ou a *L(USA)lândia* (...)» (17). São textos todos eles voltados para a realidade do quotidiano emigrante, hibridismo de «reflexões avulsas» (19), de carácter histórico, sociológico, antropológico e literário, que se distribuem ao longo de uma década tão importante para a história portuguesa, como foi a referida.

Mas, apesar de se tratarem de «reflexões avulsas», a obra não se esvai em fragmentos desconexos. Há uma unidade subjacente que lhe é imprimida não só pelo tema, a *L(USA)lândia*, mas também — e ainda que o autor refira «as diversidades de estilo e de tom consoante o destinatário do texto tenha sido o público *L(USA)lândês* ou o de Portugal (continental e/ou Açores)» (25) — por uma característica inerente a toda essa diversidade e que é um certo coloquialismo presente no discurso, eivado, mais do que de ironia, de uma aguda mordacidade. Apenas um exemplo: «Cada vez que as promessas se têm gorado, ouvem-se por aqui vozes de: 'Foi a última! Já não volto a acreditar!'. Esta nota, porém, é sinal de que ainda não desistimos completamente. Por cá ficamos. Assim um pouco no paradoxo duma esperança céptica. À espera, talvez, de mais fado e futebol e edições luzidas dos discursos de presidentes e dos secretários e dos sub e dos subsecretários. A apalavrarem-nos... Apalavrem-nos, que é para a gente não perder o contacto com a língua... nem com os hábitos. Palavra!» (143)

A própria lógica que subjaz à organização do livro mostra também essa preocupação de coerência e unidade. Se não, vejamos:

entre uma «Nota Explicativa—quase a pedir desculpa», em que o autor se apresenta a si e à sua obra, e um «Epílogo pouco edificante», de que adiante falarei, sucedem-se oito capítulos—que por sua vez se subdividem em vários e curtos ensaios—que avançam (I) da informação geográfica e histórica sobre a L(USA)lândia, (II) pela expressão da agitação revolucionária local do pós-25 de Abril, (III) pela apresentação crítica de acontecimentos do quotidiano que reflectem a mentalidade l(USA)landesa, (IV) pela crítica à falta de apoio das instituições portuguesas à divulgação da nossa cultura, (IV) pela discriminação a que o emigrante português se vê votado pela mentalidade WASP, (VI) pelo reconhecimento de nomes que divulgaram a cultura portuguesa (bem como pela crítica acerba àqueles que não o fizeram da melhor maneira) ou que (VII) na cultura americana tiveram um papel significativo, vindo a terminar (VIII) com uma colagem de excertos de entrevistas concedidas pelo autor, que sucintamente resumem os vários pontos de vista elaborados no texto.

Quanto ao «Epílogo pouco edificante», trata-se de um texto—que, de resto, não é único na colectânea—em que ensaio e ficção se misturam e que, de forma mordaz, procura jogar com a possibilidade futuroológica que o passado histórico e literário português parece continuar a oferecer. A previsão, contudo, não é a esperada. Não se auguram mais momentos de glória, mais «armas e barões exagerados» (101), que, de novo, tornem o nosso destino único no mundo, mas—de forma sarcástica e com um pessimismo não muito frequente nestas páginas, que talvez reflectam a ambiguidade e a contradição latentes neste ser português em terra d'outrem—o que nos fica é a previsão da partilha de um destino apocalíptico que nos fará, se calhar de uma vez e por todas, parte desse mesmo mundo.

Será, sem dúvida, uma opinião discutível, mas disso também se encontra repleto este livro: da provocação salutar, necessária a qualquer voz que pretenda intervir construtivamente na sua cultura. Só assim será possível fugir da «mesmidade fatal» (62). Só assim se poderá escrever (e/ou viver) «o contrário absoluto do chato» (94). ■

Alfredo Marques, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Em 1980 Alfredo Marques defendeu na Universidade de Ciência Sociais de Grenoble uma tese de doutoramento, sob o título «La politique économique portugaise dans la période de la dictature—analyse de trois stratégies de l'Etat», que constituiu inegavelmente um dos mais importantes trabalhos realizado por um conjunto de economistas que no pós-25 de Abril procurou em França as condições que faltavam em Portugal para assegurar a continuidade de uma carreira académica.

Nesse trabalho analisava as três dimensões principais da política económica do Estado Novo no período compreendido entre 1926 e 1974. O livro que agora acaba de publicar retoma, com grandes reformulações, uma parte daquele estudo, a que corresponde à análise da fase de «isolamento e autarcia relativa da economia nacional», entre 1926 e 1959.

Se a interrogação sobre os motivos da escolha deste período e da sua autonomização relativamente ao outro período analisado (o da abertura ao exterior) for uma questão pertinente, creio que a resposta passa pela manifesta preocupação do autor para com a natureza não unilinear dos processos de desenvolvimento do capitalismo e, muito especialmente, para com o facto de, «em Portugal, as estruturas e os comportamentos económicos [apresentarem], com uma persistência não prevista na teoria, características híbridas, onde coexistem elementos modernos próximos do estado puro com elementos tradicionais pouco deformados e com combinações originais de ambos» (p. 11).

De facto, seja qual for o período estudado é difícil definir a economia portuguesa e os seus movimentos de crescimento, de acumulação ou de reprodução. Esta dificuldade resulta, nomeadamente, de não ser possível qualificá-los liminarmente.

Será fácil, por exemplo, refutar uma asserção que qualifique a situação económica das últimas décadas (e, mais amplamente, a própria sociedade) como apenas imóvel e decaupante ou estritamente dependente. Certas fases do processo de acumulação, certos ritmos de acréscimo da produtividade ou dos salá-

rios reais, certas estratégias de mobilidade profissional ou de reprodução não confirmariam a primeira ideia, enquanto o grau de penetração dos capitais estrangeiros ou mesmo a expressão relativa dos seus pólos de dependência ou de competitividade não permitiriam ampliar sem limites a segunda.

Mas, por outro lado, o baixíssimo nível dos salários de base, as fases de «estagnação», o nível tecnológico, as irregularidades verificadas em certas variáveis centrais do processo de acumulação, a tendência para entrar em «situações de perda» no âmbito da inserção internacional ou as condições limitativas que servem de suporte à expressão quantitativa assumida por certas variáveis económicas, inviabilizam que se ponha a economia portuguesa, por exemplo, a par daquelas que consolidaram um regime de acumulação intensivo.

A economia e a sociedade portuguesas tendem, por isso, a assumir uma natureza intermédia, irregular e, portanto, muito mais complexa do que as situações típicas das economias centrais ou das do terceiro mundo.

Ora neste trabalho Alfredo Marques propõe-nos um olhar rigoroso sobre duas fases da economia portuguesa que, apesar da sua condição sequencial e da sua inserção numa mesma matriz básica de política económica, melhor representam as particularidades da sociedade portuguesa e, com elas, a grande centralidade que o Estado tem assumido. Refiro-me à estratégia económica dos anos 30 e 40, que o autor classifica como de equilíbrio estacionário sob a aliança agrária-industrial, e à estratégia com que se ensaiou, durante os anos 50, um desenvolvimento de base endógena.

Durante o primeiro período, a incapacidade hegemónica dos interesses dominantes (os dos proprietários latifundistas e os dos capitalistas mais poderosos) catapultou o Estado para uma posição central e relativamente autónoma que procurou garantir a sua compatibilidade através de acções harmonizadoras relacionadas com a estabilidade da economia.

A sua acção baseia-se numa lógica de condicionamento industrial, de que decorre um protecccionismo que, ao contrário das propostas doutrinárias de List para a economia alemã do século XIX, não teve nada a ver com qualquer pedagogia de industrialização, não sendo, por isso, modela-

dor da edificação de um sistema produtivo, para o que se exigiria que fosse dinâmico e ofensivo, parcial e provisório. Apenas se centrava numa função primordial de criação de recursos financeiros para o Estado (pp. 41-42). Por isso, à entrada dos anos cinquenta, Portugal é uma economia onde, apesar da existência de uma base industrial, persiste uma acentuada sub-industrialização, onde a acção estatal substitui a concorrência e elimina a dinâmica do investimento (p. 64) e onde a referência ideológica da «harmonia do mundo rural» é tutelada por uma aliança estagnante entre a grande propriedade fundiária e o capital industrial empenhado no protecccionismo. Ainda assim (ou por isso mesmo) o Estado, sob a Lei de Reconstrução Económica de 1935, envolve-se em acções de «fomento».

O «descontentamento provocado junto de alguns grupos sociais ou profissionais pela política de estabilização-imobilização» (p. 109) levará a que, durante o segundo período, o papel de regulação autónoma do Estado se vá centrar na promoção do crescimento económico e na transformação das estruturas, através de uma dinâmica significativa de acumulação de capital. De facto, depois de, desde finais dos anos trinta, o Estado se ter fundamentalmente envolvido na criação de uma base industrial ligada a sectores que contribuissem para a redução da dependência externa e assegurassem a criação de infra-estruturas nos domínios dos transportes e da energia, os anos cinquenta vão fundamentalmente caracterizar-se por acções ligadas à electrificação, à indústria dos adubos, do petróleo, da celulose e do papel e à siderurgia.

A análise da política económica deste período constitui um dos contributos mais significativos para a apreciação da originalidade do desenvolvimento económico português e para a sua não redução a um efeito *necessário* das tendências unilineares do capitalismo. De facto, a estratégia de política económica seguida entre o pós-guerra e a adesão à EFTA, em 1959, procurou consolidar um «desenvolvimento de base endógena» que superasse a predominância da política de estabilização e levasse «à adopção de medidas de modernização estrutural». Embora os seus pilares legislativos fundamentais sejam três, Lei de Fomento e Reorganização Industrial (1945), I Plano de Fomento (1953-1958) e II Plano de Fomento (1959-1964), é este último que, pela primeira vez,

vai representar uma «óptica de crescimento e de desenvolvimento» (p. 119).

A análise deste período leva-nos, inevitavelmente, até à figura de Ferreira Dias, «subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de 1941 a 1944, vice-presidente do Conselho Nacional da Indústria de 1954 a 1958 e Ministro da Economia de 1958 a 1962 [e que] publicaria, em 1945, *Linha de Rumo: notas de economia portuguesa*, uma obra incómoda para os guardiões e os beneficiários dos valores e das estruturas tradicionais, e na qual se detectam os principais traços inspiradores da política de industrialização» (pp. 111-112). Do seu programa consta um acentuado pendor «industrialista» com que, numa óptica de substituição de importações, procura um rápido progresso técnico.

É ainda, em grande parte, a concretização de uma perspectiva autárquica, onde se pressentem as influências das teorias do crescimento equilibrado, e em que o papel do Estado é também relevante pelo modo como intervém nos mecanismos de financiamento da economia. Para além de um projecto de reestruturação global da indústria que assume duas frentes (indústrias de base e indústrias transformadoras ligeiras), tornava-se então visível que, ligada ao desenvolvimento industrial, estava uma significativa transformação agrária.

Com a entrada na década de sessenta, tornar-se-ia notória a impossibilidade de prosseguir neste caminho. E as razões são complexas. Circunstâncias da política nacional, como a guerra colonial, com os seus efeitos orçamentais, e várias perturbações nos mercados financeiros, levam a que se torne crescente o recurso a capitais exteriores e que outra lógica de industrialização se instaure.

Este período não deixa de marcar, no entanto, um forte momento de discussão sobre as estratégias adoptadas. Creio que há um episódio particularmente significativo do tipo de opções que estava em questão. Refiro-me a algumas tentativas de desenvolvimento dum sector nacional produtor de material de transporte, de motores e de equipamentos seriados e a uma importante alteração de perspectiva e de oportunidades de desenvolvimento no sector electromecânico pesado (veja-se a este propósito um estudo recentemente publicado de Félix Ribeiro, Lino Fernandes e M.^a Manuel Ramos, *Análise Social*, n.º 99, 1987). De facto, e em consequência dos efeitos originados pelos programas de

electrificação e de melhoria das estruturas ferroviárias e portuárias, a indústria nacional de equipamentos mecânicos e de material eléctrico dinamizou-se significativamente.

São dos finais dos anos cinquenta «várias tentativas de lançamento da produção de motores e veículos não destinados aos mercados públicos».

Tratava-se, nomeadamente, do fabrico de automóveis, da subcontratação de fabrico de peças e componentes, da maior incorporação de motores nacionais nas bicicletas motorizadas produzidas no país, do fabrico de motores e equipamentos para a construção naval.

Apesar do envolvimento de alguns sectores governamentais, estes projectos fracassaram ou foram concretizados de forma muito limitada. Entre as explicações apontadas pelos autores que referi anteriormente conta-se o problema financeiro do Estado e a maior expressão de interesses bancários, para quem a expansão da aquisição de bens de consumo a crédito passava mais pela associação aos grandes importadores do que pelo desenvolvimento de uma indústria nacional consistente.

Há duas lições importantes a tirar dos factos anteriormente referidos. Em primeiro lugar deve atender-se a uma circunstância que me parece bem caracterizadora do «caso português»: diz respeito às relações *produção/consumo*. Como é sabido, um dos dados marcantes do modelo económico dos países centrais no pós-guerra foi a gestão conjunta das normas de produção e das de consumo, dado que entre a intensificação do modelo produtivo e o consumo de massa, na base do alargamento generalizado do acesso a bens de consumo duradouro, há uma dependência estreita. Bem diferente foram, como é conhecido, as tendências que marcaram a gestão do consumo e da produção em Portugal. O resultado mais significativo terá consistido — devido à predominância dos interesses bancários — na redução das novas formas de consumo a alguns estratos urbanos, junto dos quais se podia expandir o crédito, e na relativa independência deste processo face à transformação dos «lugares» ocupados na produção.

Uma segunda consequência pode encontrar-se nas formas de evolução que a estrutura industrial nacional veio a conhecer a partir do início da década de sessenta. Convém recordar que as estratégias

estatais de electrificação e de equipamento infraestrutural da economia nacional tinham implicado a consolidação de um sector industrial produtor de bens de equipamento que, no culminar daquele processo, dispunha de capacidade de diversificação. Não será arriscado pressupor que tal facto constituía uma real possibilidade de a indústria nacional superar a dependência relativamente a certas indústrias tradicionais, assumindo o sistema produtivo nacional um grau superior de coerência. Os próprios projectos existentes — e não concretizados — deixam entender que esta dinâmica era plausível e que ela teria implicações positivas de vária ordem. Nomeadamente de ordem espacial, já que a estrutura industrial sobre a qual esses efeitos se poderiam repercutir apresentavam uma distribuição mais alargada do que os grandes projectos representativos do tipo de industrialização efectivamente concretizada durante a década de sessenta.

O trabalho de Alfredo Marques coloca-nos perante duas questões que são básicas para a própria análise da economia e da sociedade portuguesa nos dias de hoje. Uma tem a ver com a natureza parcial de muitos dos dinamos que se puderam identificar, o que levou a que as estruturas económicas permanecessem bastante heterogéneas. A outra refere-se à feição assumida pelo Estado.

A questão da centralidade do Estado na sociedade portuguesa permanece, de facto, como uma questão dos nossos dias. Ela resulta, como este trabalho bem demonstra, de uma realidade de longa duração que define vários aspectos da matriz sócio-económica básica da economia portuguesa. E é uma questão reatualizada por factores particulares associados à evolução económica, política e social registada nos últimos quinze anos. De facto, como os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos assinalam, nos processos sociais de pós-25 de Abril é relevante um papel central exercido pelo Estado na regulação social, o que pressupõe complexos processos de arbitragem social derivados da relativa descentração das relações entre o capital e o trabalho na estrutura social e do baixo nível de corporativização dos seus interesses.

Verificamos, assim, que se na actual investigação sócio-económica sobre a sociedade portuguesa é relevante o esclarecimento da sua condição intermédia

(semiperiférica) o trabalho de Alfredo Marques é uma contribuição essencial para avaliar como esta condição se consolidou durante mais de meio século através dos instrumentos de política económica.

As reflexões sobre o *desenvolvimento* colocam-nos, assim, simultaneamente, perante questões ligadas à «matriz estrutural» que caracteriza os processos económicos e perante questões de natureza institucional. Neste último ponto radica, aliás, a conclusão de que «a origem do bloqueio do desenvolvimento português se encontra na natureza das instituições que enquadravam a economia e a sociedade, pelo que a ultrapassagem dos obstáculos a esse desenvolvimento requeria reformas institucionais e medidas qualitativas estruturantes por parte do Estado» (p. 173).

Ora, durante o período analisado a regulação exercida foi, na sua lógica final, sobretudo asfíxiante das energias de mudança. Na ideia do autor, «a sociedade foi expurgada dos seus dinamos espontâneos» o que, sendo verdade, não nos deve levar à ideia de que nisso consiste o paradigma alternativo da regulação administrativa, pois, como é sabido, o crescimento intensivo das economias centrais da Europa do pós-guerra dependeu exactamente de processos de regulação nos quais o Estado-Providência foi parceiro principal de um pacto social que envolveu a economia. ■

José Reis

O Sistema de Emprego em Portugal, Maria João Rodrigues, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988

Adaptação de uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris I — Panthéon — Sorbonne, tese que viria a ser nomeada para o prémio dessa mesma Universidade e, depois, contemplada com o Prémio Gulbenkian de Ciência e Tecnologia em 1986, «O Sistema de Emprego em Portugal» constitui, sem dúvida alguma, uma das obras mais importantes no campo da economia do trabalho do último decénio.

O carácter inovador do modelo de Maria João Rodrigues não reside só no campo teórico-conceptual, com a apresentação de uma renovação da teoria do mercado de trabalho, mas reside também na adopção de uma nova metodologia e de novos princípios de conceptualização e de formalização dos modelos económicos.

A autora procura participar na construção de um novo paradigma da ciência económica, inspirando-se nas abordagens em termos de regulação. A teoria da regulação representa um novo arquétipo, no qual a dialéctica tradicional preços-quantidades aparece mediatizada pelas estruturas económicas e institucionais e pelas estratégias dos agentes sociais. Estamos, portanto, perante uma ruptura com o «naturalismo da teoria económica» na medida em que surgem questionadas relações até agora mantidas implícitas; o que tem como consequência, a título de exemplo, a reapreciação da cláusula «*ceteris paribus*».

Este trabalho partiu da observação de uma lógica de arbitragem entre a quantidade e a qualidade de emprego tal como ela emergiu a seguir ao 25 de Abril. Revelando-se os modelos teóricos tradicionais do mercado de trabalho inadequados para a explicação da realidade portuguesa, a autora recorreu, no plano teórico-metodológico, à análise sistémica para a conceptualização de um quadro alternativo: o sistema de emprego. Este é definido como o «conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação de mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução dessa mão-de-obra». O sistema de emprego pretende ser um «utensílio conceptual visando não só a explicação mas também a interpretação dos fenómenos observados», mais ainda, ele «deve ser encarado como um simulacro do real». Trata-se de diminuir a distância entre os factos e a teoria, distância particularmente importante na ciência económica. No plano técnico, a autora recorreu à dinâmica de sistemas ao nível das técnicas de modelização; à análise multidimensional de dados através das técnicas estatísticas; e aos contributos da etno-metodologia para a técnica dos inquéritos por entrevista.

O modelo de sistema de emprego opera uma ruptura de fundo com as representações tradicionais do mercado de trabalho. Ele substitui a regulação e a racionalidade

estritamente mercantis, por uma regulação simultaneamente mercantil e institucional, e uma concepção dos agentes — sociais — em que as estratégias individuais se inscrevem numa «dinâmica de lutas pela classificação social, de conflitos e de cooperação para a apropriação de recursos e de poderes». A relação salarial desfruta, deste modo, de uma autonomia relativa, e é caracterizada não por uma auto-regulação (a mão invisível) mas por uma regulação auto-organizadora, apoiada numa lógica de stocks-fluxos de postos e de trabalhadores.

Para caracterizar e explicar a estruturação da oferta de emprego, os postos de trabalho são ventilados por vários filtros: componentes da procura final, ramos da produção, tipos de processos de produção e tipos de empresa, modelos organizacionais, estruturas de qualificação, sistemas de relações colectivas do trabalho e modos de gestão da mão-de-obra. Esta configuração permite exprimir a especialização de uma economia em termos de especialização do seu emprego.

Do lado da procura de emprego, os indivíduos são ventilados pelos subsistemas que modelam as condições da sua (re)produção: sistema de educação, formação, modos de gestão do desemprego e da reforma e situação face à actividade económica.

O modelo integra também variáveis macro-económicas e macro-sociais. Finalmente, todos os elementos acima referidos mantêm entre si relações de determinação relativa entre variáveis (funções) ou entre estruturas (matrizes).

Quanto à aplicação do modelo ao caso português, a questão orientadora da pesquisa empírica foi a seguinte: em que medida as novas regras sobre o emprego — características de uma relação salarial de tipo monopolista, instauradas depois do 25 de Abril — foram assimiladas pelo sistema económico e social? A reflexão orienta-se então para — e enriquece — a problemática da flexibilidade. Esta aparece desde logo como multidimensional: pode dizer respeito a qualquer dos elementos do sistema de emprego. Utilizando as categorias de Piaget, a autora responde à questão formulada analisando a importância absoluta e relativa dos três tipos de reacção do sistema às novas condicionantes da institucionalização da relação salarial: reacções de acomodação, rejeição e assimilação.

Procede-se também à periodização e à avaliação da evolução do sistema de emprego desde 1974 assim como à análise do dilema: qualidade versus quantidade do emprego. O modelo é ainda utilizado para a explicação de fenómenos mais precisos como as principais alterações das formas institucionais, a irrupção do desemprego, as inflexões da estrutura sectorial do emprego, a extensão do assalariamento e do trabalho clandestino.

Face à seriedade deste trabalho, as insuficiências que se lhe possa apontar parecem secundárias. No entanto, pode-se referir o problema da articulação entre os quatro níveis de análise: paradigmático, teórico, metodológico e técnico; e ainda a densidade do texto que representa em si — e quaisquer que sejam os possíveis contra-argumentos —, um potencial obstáculo à sua divulgação e compreensão mais alargada.

O economista «formalista» enunciará certamente uma crítica de outra ordem, referindo a insuficiente modelização ou formalização matemática do sistema de emprego; resulta evidente que este ponto representa o maior obstáculo à projecção internacional que a criação teórica subjacente a este trabalho merece.

Quanto à fertilidade do modelo de sistema de emprego desejada pela autora, ela revela-se a todos os níveis. Ao nível teórico-conceptual, a diversidade dos instrumentos utilizados e a sua relação abrem vários caminhos a conceptualizações posteriores. Ao nível analítico-metodológico, o modelo apresenta qualidades de sistematização e de síntese raramente encontradas noutras obras de economia do trabalho, e não só.

O modelo pode pertinentemente ser utilizado como guia heurístico para a observação e interpretação de vários outros objectos da ciência económica: entre outros, economia e política industrial, explicitações de realidades económico-sociais regionais e nacionais, análise do impacto do Mercado Interno sobre os tecidos produtivos e o emprego europeus, e identificação de modos diferenciados de desenvolvimento.

Outro factor de fecundidade reside no facto de o sistema de emprego poder ser dinamizado. Ele permite incorporar mutações estruturais, ao nível de qualquer das suas componentes ou do modo de relação entre elas, e permite, portanto,

interpretar essas mutações, assim como prevê-las.

Alguns elementos ou relações do modelo podem ser identificados como pontos nevrálgicos, variáveis sobre as quais se pode agir para provocar alterações estruturais. Neste sentido, o conhecimento do sistema de emprego fornece os meios para um aumento da eficácia da acção estratégica dos agentes decisores a nível económico e social.

Este novo paradigma de representação teórica — o sistema de emprego —, pode assim constituir uma promissora base de trabalho para uma modelização, alternativa às existentes, do sistema económico no seu conjunto. Poder-se-ia imaginar alguma conclusão mais entusiasmante? ■

Helena Lopes

Mutualismo agrícola: uma reflexão comparativa a propósito do livro de Philippe Chalmin, *Les Assurances Mutuelles Agricoles*, Paris, Ed. Economica, 1987.

Tendo como objectivo analisar as origens dos seguros mútuos e da mutualidade agrícola em França, Philippe Chalmin mostra, neste trabalho, como a génese da Mutualidade Agrícola da França actual está muito intimamente ligada aos processos informais de mutualismo baseados na solidariedade rural.

Através duma análise histórica rica em testemunhos documentais, o autor reconstitui o percurso do fenómeno dos seguros mútuos, remontando às *cotises* e *consorces landaises*, (1) que constituem as refe-

(1) «Cotises» ou «Consorces» — associações informais de seguro de gado, que radicam nas primeiras formas de mutualismo agrícola do Antigo Regime. São acordos de indemnização mútua, «*au marc le franc*», à semelhança do que acontece com as *mútuas* ou *acordos* no nosso país. Remontam ao séc. XVI. São de pequena dimensão («quartier»). Funcionam «no seio de um grupo de sociabilidade já existente». Representam «um fenómeno de massa único». A grande maioria não possui qualquer formalização nem possui estatutos escritos.

Originariamente, circunscreviam-se à região do Sudoeste de França, «região que esteve na origem das solidariedades camponesas, incluindo a protecção do gado». É, portanto, um fenómeno regional que teve um grande desenvolvimento no séc. XIX.

rências mais antigas do seguro pecuário, tal como as *mútuas de gado* ou *acordos*, entre nós.

Apesar de não ser sua preocupação analisar sociologicamente o fenómeno do seguro pecuário e não adiantar, por isso, novas pistas de análise que nos sirvam para desenvolver o conhecimento que já temos do caso português, realça este tipo de seguro e a sua importância para a compreensão do fenómeno em análise.

É, apenas, sobre este tipo de seguro que vou centrar a minha atenção.

Se, por um lado, podemos passar por cima das analogias quanto às origens e ao modo de funcionamento interno destas formas de seguro pecuário («cotises») e das mútuas de seguro de gado («acordos»), já as semelhanças quanto às formas de evolução e às razões do seu declínio e desaparecimento nos leva a uma reflexão mais cuidada. Também ao nível da relação com o Estado e nas tentativas de organização e institucionalização se verifica um paralelismo bastante interessante e significativo.

Com efeito, o seguro mútuo na agricultura tem referências bastante antigas e, em França como entre nós, está intimamente associado à imprevisibilidade dos riscos «da natureza e dos homens», nomeadamente aos riscos que punham em causa a própria sobrevivência dos pequenos produtores (Cf. Maria Adosinda Henriques, «Formas Tradicionais de Cooperação — as mútuas de seguro de gado», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 21, pp. 101-119). Daí a correlação que se tem verificado entre o fenómeno do seguro pecuário e a pequena exploração, contrariamente ao que acontece com outros tipos de seguro como, por exemplo, o seguro de incêndio que andou associado à grande exploração. A produção pecuária, para além de representar uma das actividades agrícolas mais expostas ao risco, constituía a base da sobrevivência das famílias, quer pela importância do gado como instrumento de trabalho, quer por se tratar de uma fonte importante de receita do agregado familiar.

Não admira, portanto que, também em França, o mutualismo de gado (*cotises* ou *consorces*) tenha sido a primeira forma de seguro mútuo e solidariedade rural. As grandes mútuas francesas estão, sobretudo, ligadas aos riscos urbanos e, no caso da agricultura, ao *risco de incêndio* e *granizo*. São, aliás, estas formas de

mutualismo que estão na base das estruturas actuais da Mutualidade Agrícola em França. É por esta razão que o desenvolvimento do seguro rural e agrícola no séc. XIX em França se faz em dois movimentos distintos — o que assenta em formas simples e informais de seguro pecuário, do qual não ficaram praticamente vestígios escritos, e a criação do seguro de incêndio e granizo, que resultou do empenho de notáveis e grandes proprietários rurais. Aliás, estes tipos de seguro já estavam em grande parte cobertos pelas grandes mútuas e companhias.

Também a mutualidade de gado foi, a partir de finais do séc. XIX dinamizada por «professores de agricultura», «notáveis», ou dirigentes de sindicatos e organizações agrícolas. Estas campanhas visavam a organização e estruturação deste tipo de seguro e, ainda, a institucionalização do resseguro. Verifica-se, deste modo, que o seguro mútuo de gado se desenvolveu (antes de 1914), fundamentalmente, de duas maneiras: de forma espontânea, assente nas *concises au marc le franc*, «movimento de massa baseado nas tradições camponesas», e de forma mais institucionalizada, assente na influência de notáveis rurais e dependentes de subvenção e de consagração administrativas.

As «caixas» que se constituíram na sequência destas campanhas, «eleitoralistas e artificiais», não sobreviveram e desapareceram (as primeiras logo nos anos 20) quando se acabaram os apoios estatais. O golpe fatal, segundo o autor, surge com a obrigação (prevista na lei 1900) do resseguro e a imposição do modelo de «mutualidade a três escalões» (p. 147).

É interessante notar que foi precisamente nas regiões de maior tradição, onde a mutualidade estava «fortemente implantada», que se fez sentir uma menor influência destas campanhas de organização e de resseguro. Em 1914 «o edifício da mutualidade de gado aparece brilhante mas frágil» (p. 100).

O mesmo não se passou com o seguro de incêndio, daí resultando que, no pós-guerra, se tenha assistido a dois movimentos diferentes na evolução da mutualidade agrícola: «a mutualidade de gado dispersa à procura de estruturas» e a de incêndio «centralizada à procura de aderentes». Enquanto a mutualidade de gado se começa a desmembrar, a de incêndio, com estruturas mais seguras, fortalece-se

«tirando partido dos novos desenvolvimentos do seguro de acidentes».

Sendo o seguro pecuário a referência mais antiga do seguro mútuo e tendo a mutualidade agrícola, em França, sofrido um enorme impulso nos finais do século passado e princípios deste século, como é que se deve compreender que seja justamente neste último período que as mútuas de seguro de gado sofram a sua maior recessão? Porque é que a maior parte das mútuas decorrentes deste «incremento mutualista» tiveram uma acção efémera, ficando muitas apenas «no papel», enquanto no Sudoeste se mantiveram até cerca de 1950, sobrevivendo à transformação da própria produção pecuária?

Como se compreende que estas campanhas que pretendiam reforçar o movimento para o resseguro e a constituição de caixas departamentais e regionais no sentido de reforçar as pequenas sociedades locais, não tenham tido qualquer êxito?

O autor não adianta hipóteses de resposta a estas questões, até porque, como se disse não é essa a preocupação central do trabalho. Refere, no entanto, alguns factores que tiveram influência no seu declínio. É interessante destacá-los, na medida em que confirmam algumas hipóteses já levantadas que ajudam à compreensão deste fenómeno. Do conjunto desses factores — mecanização do trabalho agrícola, diminuição da população activa agrícola, para já não falar nas consequências da guerra — são as causas relacionadas com as tentativas de organização e institucionalização das mútuas de gado que exigem uma análise mais «fina», dada a complexidade das questões que envolvem.

Ph. Chalmin apresenta, assim, os anos de 1870/1880 como charneira. Até aí, a mutualidade era o reflexo duma solidariedade vivida por uma comunidade. A partir desta época, «as caixas — que continuam apesar de tudo como reflexos destas solidariedades — têm na sua origem notáveis, políticos, intelectuais, conselheiros gerais, sociedades de agricultura, professores de agricultura...» (p. 27). Estava-se agora mais próximo das «grandes mútuas» do que das *cotises landaises*. Estas caixas locais funcionavam com base em estatutos-tipo, feitos pelos seus dinamizadores. Passava-se, assim, da diversidade que caracterizava o século anterior para uma certa uniformidade de funcionamento, imposta «de fora». «Dificilmente organizá-

vel, a mutualidade de gado tornou-se periclitante devido à falta de imaginação dos responsáveis administrativos e mutualistas que se entusiasmaram a construir uma estrutura idêntica à do incêndio ou dos acidentes de trabalho. Esta estrutura só sobreviveu à custa de subvenções que lhe estavam reservadas» (p. 148). Estima-se que cerca de um terço destas mútuas tenham «existido apenas no papel».

Apesar da dificuldade em reconstituir a importância numérica do fenómeno, pelo facto da maior parte destas associações mútuas não possuírem qualquer registo escrito, foram recenseadas oficialmente em 1897 cerca de 1500, metade das quais eram *cotises landaises*. Quase toda a região das Landes e dos Baixos Pirinéus estava, no final do séc. XIX «tocada» pelo fenómeno. Foram as mútuas mais antigas que, nas zonas de maior tradição mutualista, sobreviveram autonomamente.

Assim e partindo do conhecimento do fenómeno de seguro mútuo em Portugal e da semelhança que se verifica com a história do percurso das mútuas de gado em França, aqui analisada pelo autor, parece que se podem identificar algumas das causas do declínio e, eventualmente, desaparecimento deste fenómeno que, entre nós, tem séculos de tradição.

Entre as causas principais estão, por certo, o facto de a maior parte das medidas de apoio não se adequarem à especificidade do seguro pecuário e não se integraram nos «grupos de sociabilidade já existentes», ou seja, não terem em conta uma das bases fundamentais deste tipo de organização informal, o interconhecimento e o modo de funcionamento interno das formas associativas em que assenta. ■

Maria Adosinda Henriques

Nicole Arnaud-Duc, *Droit, Mentalités et Changement Social en Provence Occidentale, Une étude sur les stratégies et la pratique notariale en matière matrimoniale*. Paris, Saint-Étienne: Edisud, 1985, 352 pp.

O estudo de Nicole Arnaud-Duc está, sob o ponto de vista teórico, na encruzilhada

da tradição da Escola dos *Annales* e na esteira da historiografia «pós-moderna». Ligado, como a própria autora o reconhece, aos caminhos sugeridos por Marc Bloch a partir de *Les Rois Thaumaturges* (1924) e por Lucien Febvre em *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* (1942) e, ainda, à injustamente esquecida obra de Georges Lefebvre, *La grande Peur de 1789* (1932) (1). Está também circunscrito às vias abertas pela mais recente história sócio-mental apoiada, fortemente, na quantificação dos dados, selecção de variáveis e estabelecimento de correlações. Não menos importante é a influência dos trabalhos de Pierre Bourdieu no campo da sociologia jurídica, das estratégias geradas pelo hábito e pelas representações sociais (Bourdieu, 1972/4/5; 1972; 1986a; 1986b). Uma hipoteca, portanto, à história das mentalidades, à sociologia jurídica e à informatização. Uma combinação do método qualitativo, em especial a análise funcional e a homologia estrutural, com o método quantitativo decorrente das possibilidades informáticas.

Tais articulações são, ainda, contaminadas pela concepção paradigmática da transdisciplinaridade. Nicole Arnaud-Duc opera com conceitos importados de outras áreas das Ciências Sociais, como a da psicologia social, sociologia e, evidentemente, da história das mentalidades, para construir um modelo de análise que ela própria rejeita como eclético. O projecto já não é, portanto, o da interdisciplinariedade dos *Annales* mas o da construção de novos caminhos para a História por empréstimo de métodos e conceitos de outras áreas científicas. Trata-se de uma atitude que se insere na dinâmica da história das mentalidades, a partir da década de 60, invadida pelas Ciências Sociais e acabando todas por cobrirem objectos de estudo comuns como a alimentação, a doença, o gesto, o corpo, o sexo, a família, a festa, a morte, a marginalidade, a delinquência, a educação, etc..

Estas circunstâncias conferem ao livro alguma complexidade e, naturalmente, sugerem reflexões importantes no campo epistemológico e metodológico. Existem confluências entre a abordagem sistémica e os modelos analíticos, um certo hori-

zonte eclético, por um lado, e ambicioso, por outro.

II

O livro retoma, mais uma vez, o tema da família e o cenário da Provence que parece, assim, longe da crepuscularidade; e, de certo modo, vai encontrar, ainda, na Revolução Francesa sugestão e matéria-prima. Na verdade, nos últimos anos, tem existido uma curiosa predilecção dos historiadores franceses pela região meridional de França, escarpelizando, sobretudo, a zona do Languedoc e da Provence, uma área de clima mediterrânico com predominância da cultura da vinha, praticamente sem criação de animais, entalada lateralmente pelos Pirinéus e os Alpes e coberta, à rectaguarda, por uma mancha florestal. Das obras mais recentes consagradas a este espaço geográfico são de salientar as de Nicole Castan e Yves Castan sobre problemas de repressão, criminalidade e relações sociais (N. Castan, 1980; 1981; 1982; Y. Castan, 1974); os de Maurice Aguihon sobre a *sociabilidade* e o papel desempenhado pela cultura política (2); e os de Michel Vovelle sobre estruturas mentais e sociais (3).

Os estudos sobre a família têm-se multiplicado, como vaga de apetência, a partir da obra de Philippe Ariès *L'Enfant et la Vie familiale sous l'Ancien régime* (1960), que avançou novas explicações sobre a estruturação familiar, o sentimento de infância e a escolarização. Utilizando uma estratégia de recursos com base na iconografia, jogos, brincadeiras, trajes e

(2) O historiador francês, durante um Seminário realizado em Lisboa, teve ocasião de historiar o conceito e explicitá-lo (Seminário *La Sociabilité et son histoire*, ISCTE, 12 de Novembro de 1984). Das obras sobre a região salientamos *La République au village. Les populations du Var de la Révolution à la II^e République*, (1970a), *La vie sociale en Provence intérieure au lendemain de la Révolution* (1970b) e *Pénitents et Francs-Maçons dans l'ancienne Provence* (1968).

(3) A situação da historiografia nesta matéria e o debate sobre os problemas metodológicos foram discutidos por Michel Vovelle no Seminário realizado em Lisboa, *Histoire sociale et/ou histoire des mentalités, historiographie récente et méthodologie* (ISCTE, 4 de Novembro de 1985). É particularmente interessante o seu artigo «Structures agraires en Provence à la fin de l'Ancien Régime» in *Communautés du Sud* (1983).

(1) Para uma panorâmica das principais obras e autores da História das Mentalidades consultar o artigo de Luís Miguel Duarte (Duarte, 1986). E, para a problemática de Escola dos *Annales*, Carlos Coelho Maurício (Maurício, 1986).

concepções sociais das idades, P. Ariès oferece-nos o quadro da representação social da criança, isto é, o conjunto de sistemas de valor, práticas e atitudes relativas à criança que avaliam as estruturas culturo-mentais e sociais⁽⁴⁾. Philippe Ariès construiu e fundamentou a sua explicação em torno da operacionalidade dos conceitos de *sociabilidade*; e *privatização* da vida, cuja transição se teria efectuado ao longo do século XVIII. Conceitos que apareceriam em obras de outros autores para explicarem, também, a mudança nos modos de repressão⁽⁵⁾.

Temos, assim, que o trabalho de Nicole Arnaud-Duc re-incide sobre a área da Provença e o comportamento dos provençais, neste caso, dos que se casam antes e depois da Revolução Francesa. Um estudo que vive, essencialmente, das estratégias matrimoniais e da prática notarial mas que é, também, marcado pela análise do meio familiar, da reprodução social e das relações entre as estruturas mentais e as instituições jurídicas. Um livro que se dirige, particularmente, ao campo histórico, sociológico e jurídico.

III

Mas vejamos, então, quais os objectivos e as estratégias de Nicole Arnaud-Duc. A principal finalidade que se propõe atingir é a de verificar o comportamento das populações provençais em matéria de regime matrimonial, imediatamente antes e depois da publicação do Código Civil de 1804. Será possível desta forma, segundo a autora, inventariar as necessidades a que o matrimónio responde e determinar o lugar que ocupa na vida dos indivíduos. Na prática, trata-se de saber se o regime dotal é subvertido pelo regime legal, isto é, o regime de separação de bens pelo da comunhão de bens por força do Código Civil de 1804. Ou se, pelo contrário, o código ratificou, apenas, a prática social existente matizada nas duas variantes, de acordo com o estatuto social dos futuros esposos. Um tema, portanto, que arrasta

implicações a vários níveis e cujo interesse extravasa o campo histórico.

Nas questões da estratégia metodológica, Nicole Arnaud-Duc chama a atenção para três pontos: a crítica das fontes, o tratamento dos dados e os critérios para a escolha dos períodos e espaços geográficos.

O conjunto documental é constituído por 4468 actas de casamento e 2281 contratos de casamento. Sobre este volume um dos problemas que se põe é o de saber se, de facto, expressa o autêntico *dote* e se a sua grandeza e natureza é diferente ou mesmo se sofre alterações ao longo do casamento. Outro é a documentação exprimir somente parte das preferências de alguns grupos sociais e excluir outros, os que se recusam à prática jurídica.

Para o tratamento de dados, isto é, para medir comportamentos e práticas sociais foi necessário, no entender de Nicole Arnaud-Duc, fazer primeiramente uma ampla descrição dos fenómenos através de vários indicadores e precisar variáveis e correlações. Só, então, procede a explicações operando com conceitos pluridisciplinares: da história, sociologia e psicologia tais como o de *mentalidade*, *atitude*, *identificação*, *motivação*, *direito imaginário*, *sublimação*, *compensação* e *estímulo*.

Os períodos escolhidos foram os referentes aos anos de 1785, 1810 e 1854 se bem que fosse necessário proceder a algumas sondagens entre 1784/7, 1808/11 e 1854/56 para suprir lacunas de informação. O critério adoptado foi o da escolha de anos que estivessem fora de qualquer crise, portanto, anos de normalidade uma vez que o propósito não era o de averiguar as repercussões de uma crise mas o de avaliar comportamentos típicos.

A escolha do espaço geográfico da Provença ofereceu, à autora, garantia de coerência monográfica dadas as diferenças entre as quatro zonas geográficas específicas: a cidade de Aix, a região agrícola de Salon, a bacia mineira de Gardanne e a região marítima de Berre.

IV

Definidos os objectivos, a natureza da documentação e as opções metodológicas debruçemo-nos, agora, sobre o modo como se construiu a resposta ao problema formulado por Nicole Arnaud-Duc.

(4) A obra de Philippe Ariès influenciaria as escolas sociológicas francesa e americana, ávidas de encontrarem respostas para a crise actual da adolescência. Sobre o mesmo assunto, este historiador das mentalidades daria uma conferência em Lisboa, em Abril de 1981 (Ariès, 1986).

(5) Cf. Elias (1976). Com este modelo Pieter Spierenburg (1984) construiria o paradigma explicativo da repressão.

V

Em primeiro lugar, a autora fez incidir a sua atenção sobre a possível influência exercida por factores naturais na escolha do regime matrimonial estabelecendo, para o efeito, correlações entre três variáveis: a idade do casamento, a solidez de união dos futuros esposos na comunidade de origem e a proveniência geográfica. Se a idade do casamento foi determinada linearmente o mesmo não aconteceu, porém, com as duas restantes variáveis. A solidez de enraizamento foi medida através da natureza jurídica dos laços, do tipo de coabitação e das rupturas causadas por morte de pais. A origem geográfica pelo domicílio, local de nascimento e influência da endogamia.

Num segundo momento, foi estabelecida a relação entre a escolha do regime de casamento e as categorias sócio-profissionais do cônjuge utilizando-se a análise dos elementos constitutivos da estrutura social e económica no sector primário, secundário e terciário com base num quadro (sempre discutível) das categorias de: proprietários, profissões liberais, comerciantes, artesãos, assalariados, agricultores e operários. Esta relação, foi de seguida, apreciada no contexto específico de cada zona da Provence.

Num terceiro momento, averiguaram-se as incidências que as condições sócio-profissionais tiveram sobre o conteúdo do contrato de casamento como seja a questão dos pactos entre famílias, a composição dos *dotes* e o regulamento sobre o próprio *regime dotal*. Para o efeito, foi inventariado o valor dos *dotes* e a natureza dos bens tendo em atenção a solicitação do mercado, a capacidade económica de cada categoria sócio-profissional e as variações que estipulavam a alienação do mesmo *dote*.

Finalmente, Nicole Arnaud-Duc propôs-se estudar as estruturas mentais e os comportamentos jurídicos, isto é, saber em que medida as estruturas mentais dos vários grupos influenciaram os comportamentos jurídicos. Foram, deste modo, estigmatizadas três atitudes: a dos grupos que reforçaram a forma de comportamento tradicional; a dos que manifestaram ruptura com a tradição; e a dos que apresentaram hesitações.

Um percurso, portanto, que vive da importância conferida ao social, económico, institucional, jurídico e culto-mental com relevo, também, para a lógica dos grupos.

Algumas considerações mais, à guiza de conclusão, para finalizar este comentário.

O estudo sobre o casamento é o estudo sobre uma das instituições centrais de qualquer cultura, pois possui vários tipos de conteúdo: o económico, o sagrado, o emocional, o político, o ritual, o social, o biológico e o cultural. O casamento constituiu, na verdade, um vasto campo de análise onde se desenvolvem múltiplas estratégias e se podem perspectivar problemáticas interdisciplinares. Tem, além do mais, a motivação do tempo presente em que a crise do modelo tradicional de família suscita apelos, compreensíveis, ao método comparativo e regressivo.

No nosso país, os recursos dos registos paroquiais oferecem possibilidades para, ao nível da história local, se processarem investigações deste tipo, capazes de explicitarem a *nostra* realidade social, sobretudo, a estrutura e função da família de que tanto carece a história dos finais do Antigo Regime e da Época Contemporânea.

A obra de Nicole Arnaud-Duc é, por tudo isto, interessante e curiosa tanto para antropólogos (embora seja estranho que a autora nunca os mencione) em virtude da pesquisa sobre a propriedade e o casamento; como para sociólogos pelas perspectivas sobre a análise funcional dos grupos; como para o historiador pela incursão no terreno da história social e mental da família; e para o jurista pela forma como se entendem as relações entre o discurso jurídico, as estruturas mentais e a prática social.

O matrimónio é visto, neste trabalho da historiadora francesa, como elemento fulcral no processo de herança e controlo da propriedade pois constitui o mecanismo de transmissão de bens, de acumulação de propriedade e de reprodução social. Neste sentido, quando um indivíduo se casa fá-lo para responder a necessidades de ordem social, económica e biológica. O casamento é, assim, uma instituição criada para a reprodução social, modo e garantia da circulação dos bens. O casamento não é, senão, um negócio, um ritual social e daí a escolha do regime matrimonial depender das condições sócio-económicas em que se encontrarem as duas famílias. Uma escolha que não é determinada nem pelo sentimento nem pela imposição jurídica. O Código Civil de 1804

não veio, assim, modificar a natureza do casamento na Provença uma vez que o seu carácter sociológico já existia na prática social. O Código limitou-se a regular essa realidade em mutação, isto é, a passagem do regime dotal para o regime legal, da separação de bens para a comunhão de bens. Por isso, durante bastante tempo, a Provença vai permanecer como bastião da reacção em matéria matrimonial, continuando a adoptar o regime dotal no seio dos grupos sociais como proprietários, profissões liberais, altos funcionários civis e militares, comerciantes e negociantes; abraçar, também, o regime legal, em manifesta ruptura com a tradição, pela mão de agricultores não proprietários; e mostrar, ainda, uma atitude titubeante assumida por assalariados, operários e artesãos. Todo este quadro não desmente o sentido do Código Civil, nem tão pouco a subsistência das estruturas de estilo conservador.

A perspectiva com que Nicole Arnaud-Duc vê o casamento levanta algumas questões e constitui, em si, uma opção polémica. Nos finais do Antigo Regime operaram-se profundas alterações na família desde a sua estruturação, aos modos de herança, escolarização e produção de novos sentimentos como o da paternidade, maternidade e filiação. O papel da criança, a organização do próprio espaço doméstico e a gestão da privacidade dos afectos são realidades que actuaram sobre a desestruturação da família tradicional, a sua funcionalidade e o seu estatuto. Todo este conjunto, inter-relacionado e inter-dependente, está esquecido na obra de Nicole Arnaud-Duc. O casamento é excluído de dimensões que não sejam as de natureza económica e social ou de variáveis que as explicam. Está, igualmente, ausente o problema dos filhos ilegítimos e o rol de expostos que têm, naturalmente, a ver com as novas condições, negligenciadas na Provença. Uma terceira objecção para a não consideração dos processos de socialização que constroem as disposições de consciencialização dos valores de forma diferente, consoante as sociedades tenham pendor de tradição oral ou escrita.

Julgo, também, que teria sido oportuno explorar as tensões entre o património e o matrimónio de acordo com a relação *população/recursos*.

Mas estas questões e outras mais só vão, contudo, tornando cada vez mais complicado o ofício de historiador, não tanto pelo que se consegue dizer mas mais pelo

que se deixa forçosamente de dizer, e a complexidade aumenta com a vasta rede conceptual das Ciências Sociais.

Uma pequena nota final para a excelente antologia bibliográfica, verdadeiro guia para investigadores destas matérias (6). ■

Referências Bibliográficas

- Agulhon, Maurice (1968), *Pénitents et Francs-Maçons dans l'ancienne Provence*. Paris: Fayard.
- Agulhon, Maurice (1970a), *La République au village. Les populations du Var de la Révolution à la II^e République*. Paris: Plon.
- Agulhon, Maurice (1970b), *La vie sociale en Provence intérieure au lendemain de la Révolution*. Paris, Saint-Étienne: Robespierriistes.
- Ariès, Philippe (1986), «Para a história da adolescência». *Alter/Ego*, 1, 5-16.
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz.
- Bourdieu, Pierre (1972/4/5), «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction». *Annales ESC*, 1105-1127.
- Bourdieu, Pierre (1986a), «La force du droit — Éléments pour une sociologie du champ juridique». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, Setembro, 3-20.
- Bourdieu, Pierre (1986b), «Habitus, Code et Codification». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, Setembro, 40-45.
- Castan, Nicole (1980), *Justice et répression en Languedoc à l'époque des lumières*. Paris: Flammarion.
- Castan, Nicole (1981), *Vivre ensemble. Ordre et désordre en Languedoc (XVII^e-XVIII^e siècles)*. Paris: Gallimard.

(6) A Bibliografia está dividida em temas: obras e artigos de carácter jurídico; história demográfica, económica, social e institucional e a metodologia; e estudos demográficos, económicos, sociais e institucionais da Provença, num total de mais de mil indicações. Além de bibliografia o leitor dispõe de um inventário de fontes manuscritas e impressas, de grande meticulosidade.

- Castan, Nicole (1982), *Les criminels de Languedoc*. Toulouse: Association des publications de l'Université de Toulouse II.
- Castan, Yves (1974), *Honnêteté et relations sociales en Languedoc. 1715-1780*. Paris: Plon.
- Duarte, Luís Miguel (1986), «História das Mentalidades — Algumas sugestões de Leitura». *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 85-117.
- Elias, Norbert (1976), *La civilization des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy.
- Maurício, Carlos Coelho (1986), «A História dos Annales». *Ler História*, 7, 145-155.
- Spierenburg, Pieter (1984), *The spectacle of suffering, executions and evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience*. Londres: Cambridge University Press.
- Vovelle, Michel (1983), «Structures agraires en Provence à la fin de l'Ancien Régime». *Communautés du Sud*, T. 1, 270-484.

José Subtil

A. Lima-de-Faria, *Evolution Without Selection. Form and Function by Autoevolution*. Amsterdam, (New York, Oxford): Elsevier, 1988.

O Professor António Lima-de-Faria é licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade de Lisboa e doutorado em Genética pela Universidade de Lund, Suécia, onde é presentemente Professor Catedrático. Desenvolveu um trabalho considerável dentro do campo da genética, tendo vários artigos e livros publicados sobre o assunto. Neste seu último livro pretende demonstrar que a teoria da evolução, genericamente designada por neo-Darwinismo, está profundamente errada; além disso, propõe as bases para uma nova teoria explicativa da evolução: a autoevolução. A divulgação deste livro tem sido acompanhada por conferências realizadas pelo autor através da Europa, as últimas das quais foram em Coimbra, de 16 a 18 de Maio deste ano.

A presente obra divide-se em sete secções principais, subdivididas em capítulos e subsecções. A primeira secção («The mechanism of evolution is not known») pretende mostrar que a actual teoria da evolução nada explica. Nas quatro secções seguintes («The three evolutions that preceded and canalized biological evolution», «Self-assembly is the visible consequence of autoevolution», «Counteraction of the original construction» e «The changes imposed by the environment») o autor relaciona vários factos experimentais e observações e lança as bases da autoevolução. Na sexta secção («Elucidation of the 'puzzling facts' of evolution by autoevolutionism») a autoevolução é aplicada para explicar aquilo que o autor acha serem aspectos enigmáticos da evolução e estende o autoevolucionismo à sociobiologia. Na última secção («Towards an experimental period in evolution») é feito um apelo para que certos conceitos científicos, nomeadamente no campo da física, sejam revistos; além disso, são sumariados os diferentes princípios da autoevolução, após o que se segue uma comparação exaustiva entre a autoevolução e o neo-darwinismo.

339

Ao longo de todo o livro encontramos um conjunto impressionante de factos e observações científicas que constituem sem dúvida o resultado de um trabalho exaustivo de consulta e que vão desde a constituição das partículas elementares até às interações sociais nos animais e no homem, passando assim por vários campos do conhecimento humano: mecânica quântica e clássica, termodinâmica, mineralogia, cristalografia e física do estado sólido, genética molecular, fisiologia, taxonomia, bioquímica, química orgânica e inorgânica, química física, evolução, anatomia, sociobiologia, sociologia e, ainda, história das ciências, entre outros. Todos estes factos estão bem documentados e muitos deles são bem conhecidos, constituindo aspectos fundamentais das várias ciências em questão.

Com estes dados, o autor tenta lançar as bases daquilo a que chama autoevolução. Logo na página 16, dá-nos a definição de autoevolução e de autoevolucionismo: «Devo confessar que tenho uma certa aversão a criar novas palavras. No entanto, neste caso, senti-me forçado a inventar a palavra *autoevolução*. Ela descreve o fenómeno de transformação que é inerente à construção da matéria e da energia. Consequentemente, isto produziu e canalizou a transformação dos sistemas

biológicos. À interpretação deste fenómeno, proposta nas páginas seguintes, chama-se *autoevolucionismo*. Em seguida Lima-de-Faria propõe a existência de formas básicas que se mantêm ao longo de toda a evolução e são representadas em todo o universo conhecido.

Assim, aponta as semelhanças entre a forma do ouro nativo e o esqueleto de um réptil ou a folha de uma planta, entre cristais de aragonite e anêmonas do mar, entre cristais de carbonato de cálcio e as carapaças de tartarugas, entre a forma de um coral e a de um cérebro humano, entre cristais de neve e a forma de protozoários ou as penas das aves, entre o padrão ramificado de uma descarga eléctrica e o padrão idêntico de crescimento da raiz de uma planta, entre a concha espiralada de um invertebrado e a da galáxia espiral M51 da constelação de Canes Venatici, etc. A propósito destas semelhanças, o autor refere que não é de admirar que a origem destas relações nos escape no momento presente, uma vez que elas estão a ser apresentadas pela primeira vez (p. 104). Estas e outras comparações idênticas estão patentes em listas feitas pelo próprio autor (pp. 85 a 175).

Poderá parecer que escolhi propositadamente as comparações mais estranhas de modo a pôr em causa este método de análise. Não é, porém, o método de análise que é problemático. O que acontece é que o autor apresenta neste livro factos bem conhecidos e bem explicados como se fossem inteiramente novos ou quase esotéricos, *songando ao leitor a explicação existente dentro do quadro actual das ciências* e propondo-lhe como conclusão dessas observações frases quase místicas. Dou apenas um exemplo: no capítulo denominado «The chemical imprint», o autor expõe vários exemplos de como substâncias químicas simples determinam a morfologia e fisiologia de animais e plantas. Um exemplo 'dramático' é o dos iões de cálcio: «nos animais, os iões de cálcio controlam processos que vão desde a contracção muscular até à divisão celular. Proteínas especializadas em ligar cálcio regulam a sua concentração na célula e os efeitos por ele mediados»; como conclusão, o autor deixa-nos com a seguinte frase: «Assim, não é um gene, não é uma macromolécula, nem sequer uma pequena molécula, mas apenas um componente tão simples como o ião cálcio que é o principal componente no controlo destes processos. Isto acontece porque o cálcio funciona como segundo mensa-

geiro na comunicação intracelular» (p. 71, 72). Após esta afirmação, o autor salta para outro aspecto, com mais exemplos e ilações semelhantes.

O leitor menos avisado ficará com certeza a pensar que os biólogos de um modo geral pensam que tudo é controlado por moléculas complexas e genes, de um modo estranho e particular aos seres vivos. Ao longo do livro, o leitor é levado a pensar que a ciência actual atribui a forma das células aos cromossomas, que se desconhece ou não se interpreta as semelhanças entre uma membrana biológica e uma bola de sabão, que se tende a ignorar a presença de estruturas cristalinas nos seres vivos, e assim por diante.

Lima-de-Faria presta um mau serviço à ciência e engana os leitores. As comparações 'estranhas' entre cristais de cálcio e carapaças de tartarugas, formas de corais e cérebros humanos, cristais de neve e protozoários, e muitas mais outras semelhanças que se possam propor, *não representam nada de profundamente estranho dentro do quadro actual das ciências*, embora tenha de confessar que será preciso alguma ginástica mental para percorrer o caminho entre conchas espiraladas e a galáxia M51. Além disso, quanto a iões e membranas, bolas de sabão e cristais nos seres vivos, posso fornecer mais alguns exemplos: numa cadeira de lecciono ao primeiro ano do curso de Bioquímica, ensino que as membranas biológicas não passam de cristais líquidos na total acepção do termo (daí a semelhança com bolas de sabão), que o impulso nervoso se deve aos iões sódio e potássio, que todos os aspectos do funcionamento dos seres vivos podem e devem ser entendidos através de premissas simples e de conhecimentos básicos da física e química — exactamente os mesmos que controlam o crescimento de cristais e as formas das galáxias.

Em resumo, aquilo que o autor faz ao longo de todo o livro é apresentar dados científicos, reuni-los de modo a espantar o leitor, concluir que todas estas semelhanças e coincidências devem ter alguma razão de ser e apresentar como única explicação um «fenómeno de transformação que é inerente à construção da matéria e da energia» a que chama autoevolução. A isto eu contraponho apenas que, de facto, é a observação de coincidências e semelhanças que tem presidido a todo o desenvolvimento científico que conhecemos e as teorias de que dispomos

actualmente outra coisa não são se não tentativas de explicação do tal «fenómeno de transformação que é inerente à construção da matéria e da energia».

Até agora não falei dos ataques que Lima-de-Faria faz ao neo-Darwinismo. Não vou entrar em explicações sobre o assunto, porque não vale a pena. Neste campo, posso afirmar sem qualquer dúvida que Lima-de-Faria manifesta uma ignorância profunda sobre o que é a selecção natural e o neo (ou mesmo sem ser neo) Darwinismo. Só para dar alguns exemplos, o autor aponta como algo que «criou a crise e precipitou a queda do neo-Darwinismo» o facto de «os genes não mudarem permanentemente, como era considerado previamente, mas muitos genes têm sido preservados essencialmente sem modificações, das bactérias aos seres humanos» (p. 14); afirma que agentes físicos como a gravidade, electricidade e magnetismo não têm sido considerados como agentes motores da evolução e que estes factores são considerados como pertencentes apenas ao campo da fisiologia (para o autor, a evolução parece ser independente da fisiologia) (p. 49); diz que os biólogos em geral consideram que é difícil explicar através da selecção natural como é que surgiu a situação em que alguns insectos copulam com certas orquídeas (p. 117), etc. Por último, na página 281, encontramos a seguinte frase: «A ortodoxia dos neo-Darwinistas leva-os a extremos» [como exemplo desta ortodoxia, é citada uma frase de Owen]: «A resina é produzida pelos pinheiros com a finalidade de impedir que os insectos se alimentem deles». Neste ponto, o autor contrapõe que «nada tem uma intenção na natureza». Tem toda a razão. *Só que esta é exactamente a ideia-base de toda a teoria Darwinista.* A frase de Owen é o deslize próprio dos discursos antropocêntricos de intencionalidade em que todos nós caímos por uma questão de facilidade de exposição.

Quanto às restantes afirmações e ao porquê de elas constituírem uma manifestação de ignorância, seria necessário explicar aqui os princípios básicos da selecção natural. Não o vou fazer, mas caso necessite, o leitor pode perguntar a qualquer pessoa minimamente informada sobre este assunto.

Na minha opinião, o livro em causa, encarado como o resultado de uma análise científica e proponente de uma nova teoria, não faz qualquer sentido. A única questão

que este livro me levanta é a seguinte: que mecanismos de validação social e científica permitem que Lima-de-Faria publique o livro numa editora científica conceituada e realize conferências amplamente publicitadas e implicitamente apoiadas pelos seus pares? Deste ponto de vista, o livro pode ter interesse enquanto objecto de análise.

Logo na introdução, o autor avisa que «alguns dos meus colegas podem achar este livro demasiadamente provocador» e diz ainda que «o Darwinismo é algo que aprendemos quando muito novos e tem sido martelado nas nossas mentes como sendo um truismo. Os psicólogos sabem bem como é difícil apagar, ou mesmo apenas substituir, ideias adquiridas tão cedo» (p. XXI). Assim, ao criticar o presente livro, coloco-me na situação potencial de conservador. Antes e depois da sua leitura, continuo a achar que o neo-Darwinismo é uma boa teoria. Não sou um «adepto» do neo-Darwinismo, porque aqui não se trata de uma questão de fé, mas considero que o neo-Darwinismo constitui um conjunto articulado de factos e ideias que, até ao presente momento, oferece a melhor explicação da evolução e diversidade da vida. No entanto, a crítica que faço ao presente livro não é restrita a esta questão. É enquanto biólogo, em particular, e cientista, no geral, que considero que as ideias nele apresentadas constituem um absurdo.

Não é só a selecção natural que o autor põe em causa neste livro. Entre outras coisas, faz uma releitura do princípio de incerteza de Heisenberg (p. 299), considera a mineralogia uma ciência atrasada (p. 75), afirma em vários passos que o acaso na física e na biologia é um sinónimo de ignorância (p. 32 e outras) e põe em causa a validade da segunda lei da termodinâmica (p. 302). No fim do livro, escreve um capítulo intitulado «Não é a biologia que deve ser mudada, mas sim a física».

O Professor Lima-de-Faria defende-se com a dificuldade que todos temos em aceitar e compreender o resultado de rupturas epistemológicas. Tem razão. São tantas e tão profundas neste livro que não consigo sequer entender qual é a epistemologia anterior à ruptura. ■